



A ECONOMIA PARALELA E A CORRUPÇÃO NA UE-28:

Relação, Causas e Consequências

Por

Ângela Cristina Pereira Marques

Tese de Mestrado em Finanças e Fiscalidade

Professores Orientadores:

Professor Doutor Samuel Cruz Alves Pereira

Professor Doutor Elísio Fernando Moreira Brandão

Março de 2017

Nota Biográfica

Ângela Cristina Pereira Marques nasceu a 23 de março de 1993, sendo natural da freguesia de Souto São Salvador, concelho de Guimarães, distrito de Braga.

Licenciada em Gestão pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Grau académico concluído no ano de 2014.

Nesse mesmo ano, ingressou no Mestrado em Finanças e Fiscalidade na Faculdade de Economia do Porto.

A sua atividade profissional iniciou-se com a realização de dois Estágios de Verão nos anos de 2012 e 2013 nas empresas Móveis Santos – António Cunha dos Santos & C. Lda. e SOMIRAV, S.A., respetivamente. Teve como principais funções a gestão de clientes e a expansão para o mercado internacional.

Em 2015 ingressou na empresa Pamafe Informática, Lda., desenvolvendo funções na área do controlo de gestão. Sendo responsável por parte da tesouraria, como reconciliações bancárias, pelo controlo das alterações nos custos das encomendas colocadas, pela preparação diária de mapas para análise financeira, pelo controlo das comissões dos comerciais e pela faturação de um dos setores de negócio.

Agradecimentos

Dedico esta tese aos meus pais e às minhas irmãs, por todo o esforço que fizeram para me poderem proporcionar estes anos de estudo e por todo o apoio dado ao longo deste percurso.

Agradeço ao Professor Samuel Pereira, pela orientação, pela disponibilidade, pelas sugestões, pelos comentários e críticas construtivas, pelo incentivo e pelo conhecimento transmitido ao longo da realização deste estudo.

Ao Professor Elísio Brandão pelas palavras sábias e estimulantes, depositando sempre confiança e interesse nos nossos trabalhos.

Às minhas colegas de Mestrado Angelina e Beatriz pela cooperação em todos os momentos mais difíceis que o curso acarretou e pelas horas de estudo em conjunto, tornando as ocasiões de tensão menos complexas.

Por último, gostaria de manifestar o meu agradecimento ao meu namorado e às minhas amigas pela compreensão, pela paciência nos momentos de mais desalento, pelo apoio incansável nestes dias de trabalho e por nunca me permitirem desistir.

Resumo

A relação entre a Economia Paralela e a Corrupção não é clara. Estas podem ser complementares ou substitutas uma da outra, podendo exibir uma relação positiva ou negativa. Este trabalho tem como objetivo fulcral explorar a relação entre a Economia Paralela e a Corrupção utilizando dados em painel para os 28 países da União Europeia durante o período de 2000 a 2014. Pretende ainda contribuir para um melhor conhecimento das causas da Economia Paralela e da Corrupção e enumerar algumas das consequências mais nefastas dos dois fenómenos.

Através de um modelo simples, onde são utilizadas Regressões OLS com efeitos fixos e efeitos aleatórios, combinam-se duas vertentes da literatura. Por um lado, estuda-se o impacto da Corrupção e de outras variáveis explicativas na Economia Paralela, por outro lado, analisa-se a influência da Economia Paralela e de outras variáveis de controlo sobre a Corrupção.

Os resultados obtidos demonstram que há evidências de que a Economia Paralela e a Corrupção são complementares. Essa relação é mais evidente quando a Corrupção explica a Economia Paralela do que quando a Economia Paralela explica a Corrupção. Ou seja, podemos concluir que a Corrupção influencia mais a Economia Paralela, do que a Economia Paralela influencia a Corrupção.

Das variáveis explicativas selecionadas para o estudo, as que mais peso têm na explicação da Economia Paralela são a Carga de Regulação Comercial, as Transferências e Subsídios e o Consumo do Governo. Por sua vez, as variáveis que mais afetam a Corrupção são a Eficácia do Governo e o Estado de Direito.

Palavras Chave: Economia Paralela, Corrupção, UE-28, Regressões OLS

Abstract

The relationship between Shadow Economy and Corruption is not clear. These can be complementary or substitute of each other, and may exhibit a positive or negative relation. This work aims to explore the relation between Shadow Economy and Corruption using panel data for the 28 countries of the European Union during the period from 2000 to 2014. This work also intends to contribute to a better understanding of the causes of Shadow Economy and Corruption and enumerate some of the most detrimental consequences of the two phenomena.

Using a simple model, where OLS regressions with fixed effects and random effects are used, two aspects of the literature are combined. On one hand the impact of Corruption and other explanatory variables in the Shadow Economy is studied, on the other hand, the influence of the Shadow Economy and other control variables on Corruption is analyzed.

The obtained results show that there is evidence that Shadow Economy and Corruption are complementary. This relationship is most evident when Corruption explains the Shadow Economy than when Shadow Economy explains Corruption. That is, we can conclude that Corruption influences more the Shadow Economy, than the Shadow Economy influences Corruption.

Of the explanatory variables selected for the study, the ones that have most weight in the explanation of the Shadow Economy are the Business Regulation Load, the Transfers and Subsidies and the Government Consumption. In turn, the variables that most affect Corruption are Government Effectiveness and the Rule of Law.

Key Words: Shadow Economy, Corruption, EU-28, OLS Regressions

Índice

1. Introdução	1
2. Definição de Economia Paralela e Corrupção	6
2.1. Definição de Economia Paralela	6
2.2. Definição de Corrupção	9
3. Variáveis Explicativas da Economia Paralela e da Corrupção	12
3.1. Variáveis Explicativas da Economia Paralela	12
3.1.1. Carga de Regulação Comercial (Z_1)	12
3.1.2. Taxa de Desemprego (Z_2)	13
3.1.3. Transferências e Subsídios (Z_3)	15
3.1.4. Consumo do Governo (Z_4)	16
3.2. Variáveis Explicativas da Corrupção	19
3.2.1. Eficácia do Governo (T_1) e Estado de Direito (T_2)	19
3.2.2. Liberdade Fiscal (T_3)	20
3.2.3. Custos de Burocracia (T_4)	21
4. Dados e Método de Estimação	23
5. Resultados de Estimação	26
6. Consequências da Economia Paralela e da Corrupção	32
6.1. Consequências da Economia Paralela	32
6.2. Consequências da Corrupção	34
7. Conclusão	37
Referências Bibliográficas	40
Anexo A – Fontes dos Dados	48
Anexo B – Output do <i>EViews</i> para a Especificação (1) da Economia Paralela	49
Anexo C – Output do <i>EViews</i> para a Especificação (1) da Corrupção	52
Anexo D – Output do <i>EViews</i> para a Especificação (2) da Economia Paralela	55

Anexo E – Output do <i>EViews</i> para a Especificação (2) da Corrupção	58
---	----

Índice de Figuras

Figura 1 – ISTAT – Estrutura da Economia Paralela	9
---	---

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Taxonomia dos tipos de atividades económicas subterrâneas	7
Tabela 2 – Sinais esperados das variáveis explicativas	25
Tabela 3 – Coeficientes estimados para o estudo da Economia Paralela	26
Tabela 4 – Coeficientes estimados para o estudo da Corrupção.....	29
Tabela A.1 – Descrição dos dados aplicados no estudo da Economia Paralela e da Corrupção.....	48
Tabela B.1 – Especificação (1) da Economia Paralela – Modelo de Efeitos Fixos.....	49
Tabela B.2 – Especificação (1) da Economia Paralela – Modelo de Efeitos Aleatórios	50
Tabela B.3 – Especificação (1) – Teste de Hausman Economia Paralela	51
Tabela C.1 – Especificação (1) da Corrupção – Modelo de Efeitos Fixos	52
Tabela C.2 – Especificação (1) da Corrupção – Modelo de Efeitos Aleatórios	53
Tabela C.3 – Especificação (1) – Teste de Hausman Corrupção.....	54
Tabela D.1 – Especificação (2) da Economia Paralela – Modelo de Efeitos Fixos.....	55
Tabela D.2 – Especificação (2) da Economia Paralela – Modelo de Efeitos Aleatórios	56
Tabela D.3 – Especificação (2) – Teste de Hausman Economia Paralela	57
Tabela E.1 – Especificação (2) da Corrupção – Modelo de Efeitos Fixos	58
Tabela E.2 – Especificação (2) da Corrupção – Modelo de Efeitos Aleatórios	59
Tabela E.3 – Especificação (2) – Teste de Hausman Corrupção	60

1. Introdução

A Economia Paralela e a Corrupção são transversais a todos os países do mundo, sendo necessário encontrar medidas para combater estes problemas sociais e económicos. Apesar dos dois fenómenos serem do conhecimento geral e o peso dos mesmos ser evidente teoricamente, estes acabam por ser vistos como incógnitas pelo estado e pela comunidade em geral, tornando-se imprescindível o estudo das duas dimensões para alertar a sociedade para o seu potencial impacto.

Como referem Schneider *et al.* (2010) é enorme a dificuldade em obter informações precisas sobre as atividades de Economia Paralela e de Corrupção, uma vez que os indivíduos envolvidos não desejam ser identificados, não respondendo de forma verídica aos questionários que lhe são colocados. No entanto, apesar de existirem desentendimentos sobre a definição destes dois conceitos e sobre os procedimentos estatísticos apropriados no cálculo dos mesmos (Schneider, Friedrich 2005), é necessário estudá-los, ainda que através de modelos de perceção, de modo a encontrar soluções para os combater. Estes fenómenos são vistos como ameaças às receitas fiscais e à segurança de um país, provocando ineficiências no funcionamento da economia oficial, do mercado de trabalho, das instituições públicas e privadas e incitando receio entre os cidadãos.

Existem grandes lacunas no estado atual da informação e do conhecimento sobre o assunto, todavia são várias as pesquisas teóricas e empíricas que têm sido conduzidas até agora com o intuito de perceber a proporção e as causas dos dois fenómenos, estudando cada uma das dimensões separadamente.

Dos estudos desenvolvidos para calcular a dimensão da Economia Paralela para um conjunto alargado de países, incluindo os aqui em estudo, e referenciar quais as suas principais causas, podem destacar-se o de Schneider, Friedrich (2005) onde são apresentadas estimativas da Economia Paralela para um conjunto de 110 países, incluindo países desenvolvidos, em transição e desenvolvidos da OCDE, de 1999 a 2000. O estudo de Schneider, Friedrich (2010) onde, através do modelo de estimação MIMIC (Modelo de Múltiplos Indicadores e Múltiplas Causas) calcula a dimensão e o desenvolvimento da Economia Paralela para 21 países da OCDE de 1989 a 2007. Ainda, as investigações de Schneider *et al.* (2010) e Buehn e Schneider (2012) que, também utilizando o modelo MIMIC, estimaram a dimensão da Economia Paralela para 162 países em vários estados

de desenvolvimento para o período de 1999 a 2007. O peso da carga fiscal, as contribuições para a segurança social, a regulamentação do mercado, a qualidade das instituições públicas, o estado da economia oficial e o emprego público são apontados, nestes estudos, como as principais causas da Economia Paralela.

Por sua vez, das pesquisas realizadas relativamente às principais causas da Corrupção, podem realçar-se a de Shleifer e Vishny (1993) onde, considerando dois cenários: Corrupção numa burocracia centralizada e Corrupção numa burocracia descentralizada, chegam à conclusão de que a Corrupção é menor numa burocracia centralizada, uma vez que os burocratas levam em conta o impacto negativo que as suas ações podem ter sobre outros burocratas¹. A pesquisa de Mauro, Paolo (1995), onde num estudo para cerca de 70 países no período de 1980 a 1983 demonstra a importância da integridade e eficiência da burocracia e do sistema judicial na análise da Corrupção. O estudo de Tanzi, Vito (1998) vem demonstrar que a Corrupção está intimamente ligada à forma como os Governos conduzem os seus negócios nas sociedades modernas, sendo improvável reduzir a Corrupção sem modificar a forma como os Governos operam. Estando assim, a luta contra a Corrupção fortemente relacionada com a reforma do Estado. De salientar também a investigação de U Myint (2000) que, através de um estudo para países menos desenvolvidos, com considerável regulação e direção central mostra que a falta de transparência, de responsabilização e de coerência, bem como as deficiências institucionais, dos sistemas legislativos e judiciais proporcionam um terreno fértil para o crescimento de atividades corruptas. Num estudo mais recente conduzido por Dreher *et al.* (2007), onde estimam a Corrupção em percentagem do PIB através do modelo de equações estruturais MIMIC para uma amostra de cerca de 100 países para o período de 1976 a 1997, apontam o estado de direito e a taxa de matrícula escolar como as principais causas da Corrupção.

Um número significativamente mais baixo de pesquisas são realizadas para se perceber qual a relação entre os dois fenómenos em causa. Isto é, poucos são os estudos que procuram perceber qual o impacto da Economia Paralela na Corrupção e vice-versa e se os dois fenómenos são complementares ou substitutos.

¹ Ver também o estudo de Echazu e Bose (2008).

Ainda assim, podemos referir o artigo de Johnson *et al.* (1997) que num estudo para as Economias da Europa Oriental e da antiga União Soviética, utilizando um modelo de pleno emprego, mostram que a transação de recursos para o setor não oficial tem consequências graves na estrutura e no desenvolvimento de uma economia oficial em transição, sendo a Economia Paralela substituta da Economia Oficial. Mostram ainda que um nível maior de Corrupção na Economia Oficial aumenta o tamanho da Economia Paralela, pois a Corrupção funciona como um imposto sobre as empresas na Economia Oficial². Por sua vez, Hindriks *et al.* (1999) através de um modelo em que relacionam contribuintes e inspetores de impostos, potencialmente corruptos, mostram que quanto maior o nível de impostos e o nível de Corrupção dos inspetores, mais tentados estão os contribuintes a subestimar os rendimentos para fugir aos impostos, aumentando a Economia Paralela. Ainda na linha de ideias de que a Corrupção e a Economia Paralela são complementares surge Friedman *et al.* (2000), onde num estudo para 69 países demonstram que taxas de impostos mais elevadas estão associadas a uma menor atividade não oficial, contudo a Corrupção está associada a uma atividade não oficial superior. Segundo Friedman *et al.* (2000) os empresários optam pela clandestinidade, não para evitar impostos oficiais, mas para reduzir o peso da burocracia e da Corrupção.

Choi e Thum (2005) através de um modelo de autosseleção com empresários heterogêneos, mostram que a opção dos empresários ingressarem na economia subterrânea limita a capacidade do funcionário corrupto introduzir distorções na economia para ganhos privados. A Economia Paralela, mitiga assim, as distorções induzidas pelo Governo e, conseqüentemente, leva a atividades económicas mais intensas no setor financeiro. Em linha com o estudo anterior, Dreher *et al.* (2005) através de um modelo simples que captura a relação entre a qualidade institucional, a Economia Paralela e a Corrupção, e utilizando dados de países da OCDE, mostram que uma melhoria na qualidade institucional reduz o tamanho da Economia Paralela e afeta a magnitude do mercado de Corrupção. Dreher *et al.* (2005) demonstram ainda que a Corrupção e a Economia Paralela são substitutas, pois a Economia Paralela impõe restrições aos burocratas: as atividades não oficiais são uma forma de fugir à Corrupção e de reduzir os subornos.

² Ver também o estudo de Johnson *et al.* (1998b).

Dreher e Schneider (2006) através de uma análise empírica com dados *cross section* para 120 países e dados em painel para 70 países durante o período de 1994 a 2002 demonstram que a Economia Paralela e a Corrupção são substitutas em países com alto Rendimento Bruto Nacional e complementares em países com baixo Rendimento. Os mesmos autores Dreher e Schneider (2010) num estudo mais recente, onde utilizaram dados *cross section* para 98 países chegam a resultados semelhantes. Buehn e Schneider (2009) utilizando um modelo de equações estruturais com duas variáveis latentes e considerando dados anuais para 51 países de 2000 a 2005, apresentam evidências empíricas de uma relação positiva entre a Economia Paralela e a Corrupção. Os resultados do estudo mostram ainda que a Economia Paralela influencia mais a Corrupção, do que a Corrupção influencia a Economia Paralela.

Os artigos aqui apresentados encontram evidências variadas dependendo dos indicadores escolhidos e da especificação utilizada. É no sentido de clarificar os resultados obtidos previamente e contribuir para a escassa literatura acerca deste tema que surge esta pesquisa.

O principal objetivo deste estudo é explorar a relação entre a Economia Paralela e a Corrupção, utilizando dados em painel, para os países da União Europeia a 28 durante o período de 2000 a 2014. Para além disso, procura permitir um melhor conhecimento das causas da Economia Paralela e da Corrupção na União Europeia e enumerar algumas das consequências mais corrosivas dos dois fenómenos.

Através de um modelo simples onde são utilizadas regressões OLS, combinam-se duas vertentes da literatura, por um lado trata-se do impacto da Corrupção na Economia Paralela, por outro lado da influência da Economia Paralela sobre a Corrupção. O estudo tem como *benchmark* o artigo de Dreher e Schneider (2006) ao nível da metodologia e o artigo de Buehn e Schneider (2009) ao nível das variáveis utilizadas devido à disponibilidade dos dados face aos países e anos seleccionados.

As variáveis explicativas utilizadas para a compreensão da dinâmica da Economia Paralela são a Carga de Regulação Comercial, a Taxa de Desemprego, as Transferências e Subsídios e o Consumo do Governo. Por sua vez, para o entendimento da Corrupção foram utilizadas a Eficácia do Governo, o Estado de Direito, a Liberdade Fiscal e os Custos de Burocracia.

Um dos principais contributos deste estudo é ser o primeiro a tentar perceber qual a relação entre a Economia Paralela e a Corrupção nos 28 países da União Europeia para os anos de 2000 a 2014. Para além disso, uma das limitações apontadas aos estudos anteriores é o facto de os mesmos empregarem um número reduzido de observações, sendo aqui colmatada essa limitação com um número de 420 observações.

Esta pesquisa organiza-se da seguinte forma: o capítulo 2 destina-se à definição de Economia Paralela e Corrupção. O capítulo 3 é dedicado às variáveis explicativas. O capítulo 4 está reservado para a metodologia de estimação e explicação da natureza dos dados. O capítulo 5 apresenta os principais resultados. O capítulo 6 demonstra as principais consequências da Economia Paralela e da Corrupção. Por último, o capítulo 7 compreende as conclusões fundamentais, as limitações do estudo e perspectivas para pesquisas futuras.

2. Definição de Economia Paralela e Corrupção

A dificuldade em estudar a Economia Paralela e a Corrupção inicia-se na complexidade em definir os dois conceitos. São vários os autores que procuram uma definição concreta, no entanto, como iremos constatar, a imensidão destes dois fenómenos torna difícil a sua compreensão. Em cada uma das definições ficam questões por responder, e as únicas certezas que temos é que ambas estão presentes na economia de todos os países, numa dimensão de difícil mensuração. Nenhuma definição vai abranger todos os objetivos científicos, logo o significado de Economia Paralela e Corrupção irá depender da finalidade de quem as define.

2.1. Definição de Economia Paralela

A definição mais frequentemente utilizada é de Schneider, Friedrich (1994a) onde a Economia Paralela é definida como todas as atividades económicas, atualmente não registadas, que deveriam contribuir para o cálculo do PIB Oficial. Na mesma linha de ideias Smith, J.D. (1985) define Economia Paralela como a produção legal ou ilegal, de bens e serviços, que por algum motivo escapa das estimativas do PIB oficial. Segundo o autor o conceito engloba todas as formas de evitar que as atividades económicas e os rendimentos obtidos sejam alvo de regulamentação, tributação ou observação.

Tanzi, Vito (1982) dá-nos uma definição concisa ao descrever a Economia Paralela como a tendência das pessoas e empresas exercerem as suas atividades económicas sem a intervenção ou a cooperação do Estado. Este, dá ênfase às distorções ocorridas nas estatísticas oficiais causadas pela invasão fiscal ou informações incompletas por parte dos indivíduos.

Mogensen *et al.* (1995) utilizam o princípio da água corrente para demonstrar a complexidade em descrever a Economia Paralela, defendendo que o fenómeno se ajusta às alterações fiscais, sociais, económicas e de regulação. Demonstrando assim, que se trata de um conceito dinâmico que não pode ser definido apenas num momento do tempo e manter-se inalterado.

Através da literatura em geral Eilat e Zinnes (2000) vão mais além do que uma definição ampla e procuram reunir as características que todas as atividades paralelas têm

em comum. Os autores chegaram à conclusão de que, quem atua neste mercado fá-lo com um ou vários dos intuitos seguintes:

- Evitar impostos;
- Ignorar as exigências da moeda (p.e. a moeda local ser a única moeda legal);
- Não cumprir requisitos regulamentares;
- Não participar em mecanismos de informação estatística;
- Participar em atividades ilegais.

Por sua vez, Schneider e Enste (2000) através da Tabela 1, procuram esclarecer o conceito de Economia Paralela entre os conceitos de legal e ilegalidade e propor razões pelas quais as atividades legais não são declaradas. Estes defendem que as atividades legais são ocultadas principalmente para:

- Evitar o pagamento de impostos sobre o rendimento, sobre o valor acrescentado ou outros impostos;
- Evitar o pagamento de contribuições para a segurança social;
- Evitar os padrões legais do mercado de trabalho, no que diz respeito a salários, duração de contratos e normas de segurança;
- Evitar determinados procedimentos administrativos, como preenchimento de questionários estatísticos.

Tabela 1 - Taxonomia dos tipos de atividades económicas subterrâneas

Tipo de Atividade	Transações Monetárias		Transações não Monetárias	
Atividades Ilegais	Comércio de bens roubados; tráfico e fabricação de drogas; prostituição; contrabando e fraude.		Troca de drogas; roubar bens; contrabando; produzir drogas para uso próprio; roubar para uso próprio.	
	<i>Tax Evasion</i>	<i>Tax Avoidance</i>	<i>Tax Evasion</i>	<i>Tax Avoidance</i>
Atividades Legais	Rendimentos não declarados de emprego por conta própria; salários e ativos de trabalho não declarados relacionados com bens e serviços jurídicos.	Emprego, descontos, benefícios adicionais.	Troca de bens e serviços legais.	Todos os trabalhos para consumo próprio e ajuda vizinha.

Fonte: Schneider e Enste (2000)

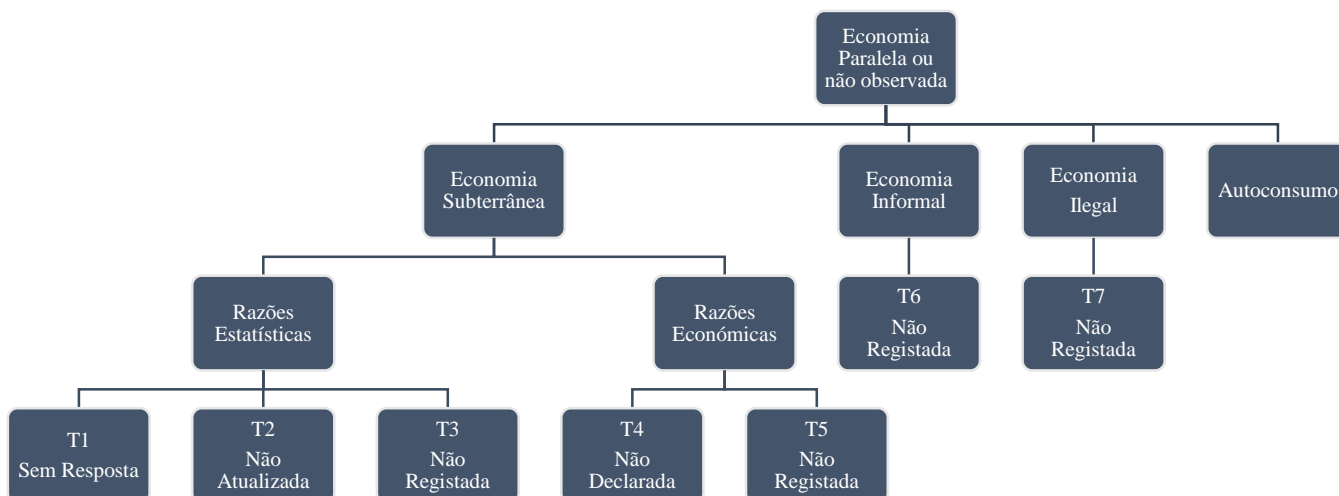
A definição mais completa de Economia Paralela, na medida em que procura abranger todos os aspetos do fenómeno, advém da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), das Nações Unidas com o *System of National Accounts* (SNA93) e da Comissão Europeia com o *European System of National and Regional Accounts* (ESA95), onde subdividem a Economia Paralela em 4 parcelas: Economia Subterrânea, Economia Informal, Economia Ilegal e Autoconsumo, tal como podemos ver na Figura 1 (OCDE, 2002).

A **Economia Subterrânea** consiste em atividades legais, que por algum motivo não são observadas nem declaradas. Esta é constituída por uma vertente económica na medida em que, consiste em não declarar as atividades ligadas à produção e/ou transação de bens ou serviços legais, de forma a evitar o pagamento de impostos e/ou o cumprimento de normas. E, por uma vertente estatística caracterizada pelas atividades produtivas que não são registadas devido a deficiências estatísticas, tais como a não cobertura total das empresas existentes, a falta de envio de informação por parte das empresas ou falhas a preencher questionários administrativos, à informação errada existente sobre as empresas e a técnicas tradicionais que não detetam pequenas atividades produtivas (Gonçalves, Nuno 2010).

A **Economia Informal** caracteriza-se pela transação de bens e serviços legais, produzidos/prestados por entidades pouco organizadas, com pouca ou nenhuma divisão entre os fatores de produção capital e trabalho. Neste caso, não há intenção deliberada de fuga a impostos ou de infringir leis laborais e o objetivo fulcral é criar emprego para os indivíduos envolvidos. São exemplos disso os trabalhos ocasionais realizados pelos artesãos, camponeses, pequenos comerciantes e trabalhadores domésticos.

A **Economia Ilegal** é constituída por atividades que produzem/transacionam bens e serviços proibidos por lei ou que são legais, mas proibidos quanto à produção e posse a indivíduos não autorizados. Tome-se como exemplos o tráfico de drogas e a falsificação de moeda.

O **Autoconsumo** consiste na produção de bens/serviços para uso próprio. Caracteriza-se por não ser uma atividade lesiva, uma vez que não gera valor acrescentado, nem mais valias, no entanto deveria ser englobada no PIB, pois representa produção (Gonçalves, Nuno 2014).

Figura 1 - ISTAT - Estrutura da Economia Paralela

Fonte: Dell’Anno, Roberto (2007), adaptada pelo autor

Neste estudo debruçamo-nos sobretudo sobre as atividades de valor acrescentado não registadas nas estatísticas oficiais, pagamentos à segurança social que ficam por fazer, desrespeito dos regulamentos do mercado (por exemplo, licenciamento), entre outros. Posto isto, esta última definição será a que mais se adequa, na parte que diz respeito à Economia Subterrânea por razões económicas (T4 e T5) e à Economia Informal (T6). Deixando de parte as lacunas dos sistemas estatísticos, as atividades ilegais e o autoconsumo.

2.2. Definição de Corrupção

A Corrupção, tal como a Economia Paralela, está de certo modo relacionada com atividades ilegais.

O fenómeno é comumente definido como o uso indevido do poder público para benefício privado. Ou seja, consiste em receber dinheiro, bens valiosos ou promoções que de outra forma não seriam obtidos. O poder público é geralmente exercido por burocratas e por políticos (Schneider, Friedrich 2013).

U Myint (2000) defende também a definição anterior, apontando o suborno, a extorsão, a fraude, a malversação (má administração, apropriação indébita de fundos, falta grave no exercício de um cargo), o nepotismo (favorecimentos de parentes ou

amigos próximos) e a apropriação de bens públicos para uso privado, como as atividades mais comuns de Corrupção. No seu estudo, dá ênfase aos subornos, defendendo que os mesmos podem influenciar:

- Os contratos governamentais, na medida em que podem manipular os termos do mesmo e as partes envolvidas;
- Os benefícios governamentais, podendo afetar a alocação de benefícios monetários, tais como subsídios;
- A receita do Governo, uma vez que os subornos podem ser usados para reduzir o montante de impostos, taxas e outros encargos cobrados às empresas;
- A poupança de tempo, podendo acelerar processos de concessão de permissões e licenças;
- Os resultados dos processos legais, sendo que os subornos podem ser usados para incentivar as autoridades reguladoras a absterem-se de agir;
- Os processos regulatórios, pois por vezes os regulamentos são tão complexos que “compensa” pagar dinheiro para os evitar.

Tanzi, Vito (1998) refere que, apesar da Corrupção ser difícil de descrever, geralmente não é difícil de reconhecer quando observada. O que acontece é que muitas vezes o fenómeno é difícil de observar, pois são atos que se realizam com enorme cuidado e discrição. Este defende que a Corrupção não se restringe apenas ao setor público, uma vez que também se verificam estes comportamentos em atividades privadas reguladas pelo Governo e por vezes, em grandes empresas privadas nos processos de aquisição e de contratação. O autor demonstra ainda que o abuso do poder público não é necessariamente para benefício privado, mas para benefícios de um partido, amigos, família, entre outros. No seu estudo classifica os atos de Corrupção em diferentes categorias, podendo estes ser:

- Burocráticos ou políticos (Corrupção pela burocracia ou pela liderança política);
- Para redução de custos ou aumento de benefícios;
- Coercitivos ou colusivos;
- Centralizados ou descentralizados;
- Previsíveis ou arbitrários;
- Para receber pagamentos em dinheiro ou não.

Por sua vez, o Banco Mundial refere a Corrupção como sendo um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento económico e social, na medida em que distorce o Estado de Direito, enfraquece as instituições e afeta gravemente os mais desfavorecidos (Word Bank, 2009).

A organização *Transparency International* aponta a Corrupção como uma barreira à democracia, na medida em que leva as instituições a perderem legitimidade. Defende que o fenómeno faz com que, muitas vezes, os recursos públicos sejam atribuídos a projetos de alto perfil em detrimento de projetos de infraestrutura pública mais vitais, como escolas e hospitais, levando as pessoas a perderem confiança nas instituições e na liderança política (Transparency International, 2009).

A definição de Corrupção a adotar nesta dissertação irá de encontro com a de Tanzi, Vito (1998) uma vez que o estudo tem em conta o setor público, na medida em que procuramos perceber qual o papel do Governo na dinâmica deste fenómeno. Mas também o setor privado, procurando detetar a influência das empresas no tamanho da Corrupção.

3. Variáveis Explicativas da Economia Paralela e da Corrupção

3.1. Variáveis Explicativas da Economia Paralela

3.1.1. Carga de Regulação Comercial (Z_1)

A Carga de Regulação Comercial é introduzida no estudo com o objetivo de quantificar o regulamento voltado para as barreiras comerciais, para as restrições de licenciamento, para o controlo ambiental, entre outros. A intensidade de regulamento pode ser medida pelo número total de leis e regulamentos, pelo número de pessoas nas agências reguladoras, ou pelo tempo total que leva a iniciar um negócio (Buehn e Schneider (2009)).

Autores como Dobre e Alexandru (2009) defendem que o sinal associado a esta causa pode ser positivo ou negativo. Por um lado, um elevado nível de regulação poderia desincentivar a incorporação dos indivíduos na Economia Paralela, devido ao maior controlo sobre os mesmos. Por outro lado, as empresas encontram mais incentivo para desenvolver as suas atividades na economia subterrânea de modo a fugir às regras impostas pelo Governo.

No entanto, a grande maioria dos investigadores associa um sinal positivo à relação entre a variável explicativa e a variável explicada, designadamente:

Aigner *et al.* (1988) apontam que um aumento do grau de regulação do sistema económico constitui um estímulo importante para a participação na Economia Informal, afirmando que é escassa a possibilidade de reduzir as atividades de Economia Paralela.

De Soto, Hernando (1989) demonstra, num estudo desenvolvido para 76 países, que o aumento de uma unidade no índice de regulação (numa escala de 1 a 5), aumenta diretamente a Economia Informal em 10%. A uma conclusão semelhante, chegaram Johnson *et al.* (1997) demonstrando que o aumento de um ponto no índice de regulação, *ceteris paribus*, está associado a um aumento de 8,1 pontos percentuais na parcela da Economia Paralela.

Schneider e Enste (2000) mostram que um aumento de regulação irá reduzir as escolhas dos indivíduos na economia formal, logo será um fator importante para que estes

optem pela informalidade. Estes concluem que deveria haver uma redução da carga de regulação, ou pelo menos, uma melhoria na aplicação das leis e regulamentos existentes.

Belev, Boyan (2003) defende que existe uma sobre burocratização na economia. Para o autor quanto mais regulada for a economia, mais incentivo as empresas encontrarão para desenvolver as atividades na Economia Paralela.

Posto isto, neste estudo assume-se que quanto maior for a intensidade do Regulamento Comercial, maior o tamanho da Economia Paralela.

3.1.2. Taxa de Desemprego (Z_2)

Embora a existência de grandes atividades subterrâneas implique que devemos olhar mais profundamente para o que está a acontecer no mercado de trabalho, a literatura atual não dá grande ênfase à relação entre a Taxa de Desemprego e a Economia Paralela (Tanzi, Vito (1999)).

A sobre regulamentação e os custos de mão-de-obra no mercado de trabalho oficial são forças motrizes para a Economia Paralela, daí a inclusão desta variável no estudo. Alguns autores defendem que a relação entre a Taxa de Desemprego e a Economia Paralela é ambígua, no entanto, a maioria mostra que a relação pode ser positiva.

Tanzi, Vito (1999) defende que a Taxa de Desemprego e a Economia Paralela podem estar pouco correlacionadas devido à força de trabalho da Economia Paralela ser composta por trabalhadores muito heterogêneos. Uma parte dessa força de trabalho é classificada como desempregada porque são componentes da força de trabalho oficial, a outra parte dos trabalhadores "ocultos" é composta por reformados, menores e donas de casa que não fazem parte da força de trabalho oficial. Para além disso, há pessoas que têm um trabalho na Economia Oficial e na Economia não oficial em simultâneo. Não sendo, assim, clara a relação entre as duas variáveis.

Giles e Tedds (2002) afirmam que o efeito do desemprego na Economia Paralela pode ser positivo ou negativo. Um aumento no número de desempregados pode aumentar o número de pessoas que trabalham na Economia Paralela porque têm mais tempo disponível. Por outro lado, o aumento do desemprego pode implicar uma diminuição da Economia Paralela. Isso ocorre porque o desemprego está negativamente relacionado

com o crescimento da Economia Oficial (lei de Okun) e a Economia Paralela tende a subir com o crescimento da Economia Oficial.

Ainda na mesma linha de ideias de que a relação entre as duas variáveis é ambígua surge Buehn e Schneider (2009). Por um lado, o aumento do desemprego pode incentivar a procura de bens e serviços na Economia Paralela, pois muitas vezes são mais baratos. Por outro lado, os desempregados têm menos dinheiro para comprar bens e serviços, mesmo na Economia Paralela, pelo que uma relação negativa pode prevalecer. Se o desemprego exibe uma relação positiva ou negativa com a Economia Paralela depende do rendimento e do efeito de substituição.

Por sua vez, dos estudos que defendem uma relação positiva entre a Taxa de Desemprego e a Economia Paralela podem destacar-se:

Hunt, Jennifer (1999) vem demonstrar que as reduções das horas de trabalho implementadas por alguns Governos como medida contra a recessão, pode contrariar as preferências dos trabalhadores e aumentar as horas que potencialmente podem dar ao mercado não oficial.

Schneider e Enste (2002) defendem que, se o salário do trabalho ilícito juntamente com a ajuda financeira do Estado proporcionarem mais rendimento para os indivíduos do que o trabalho regular e as horas extraordinárias, o trabalho no mercado não oficial em tempo integral como desempregado, *ceteris paribus*, tem uma maior utilidade. Em tal situação, o perigo de que uma pessoa permaneça na Economia Paralela e recuse ofertas de emprego no mercado oficial aumenta. Estes assumem, assim, que o incentivo para trabalhar na Economia Paralela é maior para o trabalhador desempregado, porque pode usufruir do subsídio de desemprego e receber um rendimento normal na Economia Paralela.

Para Enste, Dominik H. (2003) existe uma relação positiva entre as duas dimensões, na medida em que a redução do número de horas de trabalho no mercado oficial, aumenta a quantidade de horas disponíveis para trabalhar na Economia Paralela. Segundo este, as reformas antecipadas provocam também um aumento na quantidade de horas trabalhadas no mercado não oficial.

Boeri e Garibaldi (2003) num estudo desenvolvido para 20 regiões italianas durante o período de 1995 a 1999 mostram uma forte correlação positiva entre a taxa de desemprego média e o emprego informal médio.

Dell'Anno e Solomon (2006) encontram uma relação positiva entre a Taxa de Desemprego e a Economia Paralela, mostrando que um aumento de um ponto percentual da Taxa de Desemprego causará um aumento de cerca de 8% da Economia Paralela.

Dobre e Alexandru (2009) num estudo realizado sobre o tamanho da Economia Paralela em Espanha para o período de 1970 a 2007 denotam que o desemprego aparece como uma das principais causas da Economia Paralela, existindo uma relação positiva entre as duas variáveis. Estes autores referem que esta relação é um aspeto de elevada importância, pois estes trabalhadores supõem um duplo custo para o Estado. Por um lado, recebem subsídios indevidamente, por outro lado, não pagam os impostos que deveriam pagar sobre o seu rendimento.

Bajada e Schneider (2009) sugerem que a Economia Paralela funciona como uma fonte de apoio financeiro durante os períodos de desemprego para aqueles que querem genuinamente participar na Economia Oficial.

Dobre e Davidescu (2013) numa pesquisa desenvolvida para analisar a relação entre a Economia Paralela e a Taxa de Desemprego nos Estados Unidos mostram, que a curto prazo, o aumento da Taxa de Desemprego no setor formal conduzirá a um aumento do número de pessoas a trabalhar no mercado não oficial.

Nesta pesquisa assume-se que a Taxa de Desemprego e a Economia Paralela têm uma relação positiva.

3.1.3. Transferências e Subsídios (Z₃)

Os subsídios são introduzidos no estudo com a intenção de medir as transferências que o governo faz às empresas em percentagem do PIB. Os mesmos são concedidos às empresas sem contrapartida, de acordo com o nível de produção, quantidades ou valor dos bens ou serviços que produzem, vendem ou importam (Dell'Anno, Roberto 2007).

Segundo Dell'Anno, Roberto (2007) a relação entre os subsídios e a Economia Paralela é controversa, na medida em que, por um lado um aumento dos subsídios,

aumenta os custos de atuar ilegalmente, uma vez que apenas as atividades formais têm acesso aos subsídios. Por outro lado, os subsídios introduzem distorções à concorrência e, alterando a carga fiscal líquida das empresas, pode encorajar as mesmas a atuar no setor irregular, pois os critérios de alocação de subsídios, mais do que objetivos de eficiência dos mercados, podem discriminar as empresas, dependendo da sua presença em *lobby's* com diferentes capacidades de pressão, localização geográfica, entre outros.

Neste trabalho vamos considerar que um aumento dos subsídios causará uma redução da Economia Paralela.

3.1.4. Consumo do Governo (Z₄)

O Consumo do Governo é utilizado neste estudo como proxy da Carga Fiscal. Segundo Buehn e Schneider (2009) quando os gastos do Governo aumentam em relação aos gastos privados ou quando o Governo redistribui rendimentos aumentando os impostos, a liberdade individual em relação às decisões de gastos é reduzida. A substituição da escolha privada por escolha pública, ou seja, a introdução de impostos mais elevados em detrimento da diminuição das despesas públicas, cria um incentivo para que os indivíduos trabalhem na Economia Paralela.

A grande maioria dos estudos apontam um sinal positivo à relação entre a Carga Fiscal e a Economia Paralela, podendo dar-se ênfase às seguintes pesquisas:

Segundo Frey e Weck-Hannemann (1984) a Carga Fiscal incentiva a evasão fiscal, pois quer os vendedores, quer os compradores têm interesse em evitar os impostos.

Neck *et al.* (1989) mostraram que a procura das empresas por mão-de-obra subterrânea e o aumento de bens subterrâneos depende positivamente das taxas de impostos e salários indiretos na Economia Oficial.

Spiro, Peter S. (1993) num estudo desenvolvido para o Canadá, constatou que as pessoas que enfrentam um aumento nos impostos indiretos voltam-se para a Economia Paralela, o que leva a uma perda substancial de receitas fiscais por parte do Governo.

Hill e Kabir (1996) demonstram que as taxas de imposto marginais são mais relevantes do que as taxas médias de impostos e que uma substituição de impostos diretos

por impostos indiretos não conduz a um melhor cumprimento no pagamento dos mesmos por parte dos indivíduos.

Loayza, Norman V. (1996) através da utilização do modelo MIMIC para o cálculo do setor informal em 14 países Américo-Latinos, encontra evidências de que a carga tributária é estatisticamente significativa e o seu sinal positivo.

Cebula, Richard J. (1997) num estudo desenvolvido para os Estados Unidos, encontrou evidências de que há uma forte influência das atividades estatais sobre o tamanho da Economia Paralela, demonstrando que, se a taxa marginal de imposto aumentar um ponto percentual, *ceteris paribus*, a Economia Paralela aumenta 1,4 pontos percentuais.

Schneider e Enste (2000) argumentam que os impostos, juntamente com as atividades regulatórias do Estado, são os determinantes mais importantes do crescimento da Economia Paralela. Através do modelo MIMIC demonstram que há um forte e direto efeito destas variáveis sobre a Economia Paralela.

Para Schneider, Friedrich (2001) o aumento dos encargos fiscais e das contribuições para a segurança social é uma das principais causas do aumento da Economia Paralela. Como os impostos afetam as escolhas dos indivíduos ao nível de trabalho e lazer e também estimulam a oferta de mão-de-obra na Economia Paralela, esta variável é uma grande preocupação dos economistas. Quanto maior a diferença entre a remuneração bruta e a remuneração líquida na Economia Oficial, maior é o incentivo para evitar essa diferença e trabalhar na Economia Paralela. Uma vez que esta diferença depende largamente do sistema de segurança social e da Carga Fiscal global, estas são características-chave da existência e do aumento da Economia Paralela.

Enste, Dominik H. (2006) num estudo onde utilizou dados da OCDE e outras fontes específicas de cada país, demonstra que uma carga tributária mais elevada conduz a uma Economia Paralela mais alargada, *ceteris paribus*.

Dobre e Alexandru (2009) consideram a Carga Fiscal a variável mais determinante no estudo da Economia Paralela. Segundos estes, um aumento na Carga Fiscal oferece um forte incentivo para trabalhar na economia não oficial, de modo que o sinal esperado para esta variável é positivo.

Os resultados empíricos da influência da Carga Fiscal sobre a Economia Paralela são também fornecidos por outros inúmeros estudos, nomeadamente os de Schneider, Friedrich (1994b, 2000) e Johnson *et al.* (1998a, 1998b). Todos eles encontram fortes indícios da influência geral da tributação sobre a Economia Paralela. Esta forte influência da tributação direta e indireta sobre a Economia Paralela é ainda demonstrada na discussão de resultados empíricos no caso da Áustria e dos países escandinavos. Para a Áustria, a força motriz das atividades da Economia Paralela é a Carga Fiscal direta (incluindo os pagamentos à segurança social). Um resultado semelhante foi alcançado por Schneider, Friedrich (1986) para os países escandinavos (Dinamarca, Noruega e Suécia). Nos três países, as diversas variáveis fiscais têm o sinal positivo esperado e são estatisticamente significativas. Resultados idênticos foram alcançados por Kirchgaessner, Gebhard (1983, 1984) para a Alemanha e por Klovland, Jan (1984) para a Noruega e Suécia.

No reverso da moeda, Schneider e Neck (1993) analisam empiricamente os efeitos da alteração das estruturas fiscais no desenvolvimento da Economia Paralela Austríaca. Seria de esperar que uma diminuição dos impostos diretos conduzisse a um declínio da Economia Paralela, no entanto, tal resultado não foi realmente encontrado. A explicação oferecida por Schneider e Neck foi que, não só os impostos diretos e indiretos são um fator importante que influencia a Economia Paralela, mas também a complexidade do sistema fiscal e o ónus da regulamentação.

Johnson *et al.* (1998b) apresentam também outras evidências sobre o efeito da tributação na Economia Paralela, chegando à conclusão de que não são taxas de imposto mais elevadas que levam ao aumento do tamanho da Economia Paralela, mas a aplicação ineficaz e discricionária do sistema tributário e dos regulamentos. Ainda assim, a constatação de que há uma correlação negativa entre o tamanho da economia não oficial e as taxas de imposto marginais é de difícil observação.

Na mesma linha de ideias surge Fiedman *et al.* (2000), que argumentam que não são tanto as taxas de imposto legais que são relevantes na decisão de se comportar ilegalmente, mas sim a sua aplicação. Os autores não conseguiram encontrar evidências de que maiores taxas de impostos diretos ou indiretos estejam associadas a uma maior economia não oficial. Pelo contrário, eles encontram alguma evidência de que as alíquotas

de impostos diretos mais altos estão associadas a uma menor Economia Paralela. Esses resultados são também apoiados por Dreher e Schneider (2006).

Apesar das divergências empíricas, neste estudo consideramos que quanto maior for o Consumo do Governo, maior será o peso da Carga Fiscal e consequentemente maior será a Economia Paralela.

3.2. Variáveis Explicativas da Corrupção

3.2.1. Eficácia do Governo (T₁) e Estado de Direito (T₂)

Estas variáveis são inseridas no estudo com o objetivo de captar a qualidade democrática e das instituições públicas, bem como a qualidade do sistema político.

Acredita-se que a Corrupção está relacionada com deficiências do sistema político e que sistemas administrativos sólidos e um fortalecimento institucional impedem o seu crescimento. Promover a concorrência política e aumentar a transparência e responsabilização pode reduzir a possibilidade de suborno. Outras características do sistema político de um país, como as regras eleitorais e o grau de descentralização, afetam a Corrupção (Shleifer e Vishny, 1993 ou Echazu e Bose, 2008).

Brunetti e Weder (1998) mostram a relevância da qualidade institucional no combate à Corrupção, realçando a importância dos controlos institucionais implementados nos diferentes países. A existência desses controlos reflete, em grande parte, a atitude do corpo político em relação ao problema da Corrupção. Segundo os autores, os controlos mais eficazes devem ser aqueles que existem dentro das instituições, sendo esta a primeira linha de defesa. Supervisores honestos e eficazes, bons escritórios de auditoria e regras claras sobre comportamento ético devem ser capazes de desencorajar ou descobrir atividades corruptas. Procedimentos adequados e transparentes devem facilitar o exercício das atividades e os supervisores devem ser capazes de monitorizar as atividades dos seus subordinados e eles próprios devem ser responsabilizados por atos de Corrupção que ocorrem nos seus escritórios.

Por sua vez, dados do Banco Mundial vêm demonstrar que os países que combatem a Corrupção, melhoram a eficácia governamental e o Estado de Direito podem aumentar os rendimentos per capita até 400% (World Bank, 2004).

Dreher *et al.* (2005) num estudo desenvolvido para analisar a relação entre a qualidade institucional, a Economia Paralela e a Corrupção para uma amostra de 18 países da OCDE, mostra que uma melhoria na qualidade institucional reduz diretamente o tamanho da Economia Paralela e afeta a magnitude do mercado de Corrupção.

Os mesmos autores, Dreher *et al.* (2007) realçam a instabilidade política como um dos fatores mais importantes da Corrupção, com a expectativa de que os países mais instáveis terão níveis mais altos de Corrupção percebida.

Segundo Buehn e Schneider (2009) sistemas jurídicos fortes e eficientes protegem os direitos de propriedade e proporcionam um quadro estável para a atividade económica, por sua vez sistemas jurídicos fracos não fornecem esse ambiente, prejudicando as operações de mercado, reduzindo os incentivos individuais para participar em atividades produtivas e encorajando atividades improdutivas como a Corrupção.

Para Schneider, Friedrich (2013) a falha do sistema jurídico para a execução de contratos compromete o funcionamento do mercado livre e, por sua vez, leva os indivíduos a enveredar por caminhos ilícitos. Segundo o autor, nos sistemas democráticos a concorrência entre as jurisdições e a mobilidade dos indivíduos (votação) pode constituir um importante constrangimento para as escolhas dos políticos, de modo a que os mesmos tenham que adotar uma política mais próxima da maioria dos cidadãos, reduzindo a Corrupção.

Posto isto, assumimos que quanto maior a Eficácia do Governo e o respeito pelo Estado de Direito, menor o nível de Corrupção.

3.2.2. Liberdade Fiscal (T₃)

O Governo interfere frequentemente com a economia em termos do ambiente regulatório e da Carga Fiscal imposta aos indivíduos. Esta interferência, por sua vez, reduz a Liberdade Económica. Segundo Buehn e Schneider (2009) uma maior Liberdade Económica reduz a Corrupção porque os indivíduos enfrentam mais opções em fazer negócios, menos burocracia e menos aborrecimentos burocráticos. Por outro lado, uma maior interferência do Governo na Economia aumenta a Corrupção, fazendo com que os compradores e os solicitadores de suborno se envolvam em atividades que contornam as regras e regulamentações.

Tanzi, Vito (1998) e Dreher *et al.* (2007) enfatizam o tamanho do setor público, pois este oferece aos burocratas algum grau de discricção na alocação de bens e serviços: quanto mais significativo o papel do setor público na economia, maior o nível de Corrupção. Van Rijckeghem e Weder (2001) descobrem que essa relação é mais forte quando os salários dos burocratas são relativamente baixos.

Segundo Schneider e Enste (2000) uma forte presença do setor público na força laboral implica que os burocratas tenham maior poder de decisão, aumentando o nível de Corrupção, os subornos e a desonestidade dos funcionários públicos.

Por sua vez, Treisman, Daniel (2000) demonstra que a Corrupção será maior nos países com maior intervenção estatal na economia (sob a forma de regulação, tributação ou atividade comercial estadual).

Para Eiras, Ana Isabel (2003) a Corrupção, bem como a Economia Paralela são um sintoma da sobre regulação, falhas no Estado de Direito e de um grande setor público. Os países devem dar prioridade à Liberdade Económica, em particular na regulação que afeta as PME'S, para que haja um decréscimo de atividades ilícitas. A Liberdade Económica aliada a um forte Estado de Direito irá fomentar o investimento, a criação de emprego e o respeito institucional.

Assim, nesta pesquisa assumimos que quanto maior for a liberdade fiscal, isto é quanto menor o nível de interferência do Estado na economia, menor é o nível de Corrupção.

3.2.3. Custos de Burocracia (T4)

Os Custos com a Burocracia estão, de certo modo, relacionados com a Intensidade do Regulamento tratado como variável da Economia Paralela, esperando-se que o efeito destes custos sobre a Corrupção seja similar ao efeito do regulamento sobre a Economia Paralela.

Johnson *et al.* (1998b) num estudo para países da América Latina e da antiga União Soviética, demonstram que a tributação e os custos com a regulação são altos fardos para as empresas, levando a uma alta incidência de suborno.

Friedman et al. (2000) através de um estudo para 69 países encontram evidências de que mais burocracia, leva a uma maior Corrupção, que juntamente com um ambiente jurídico fraco conduzem a um maior nível de Economia Paralela.

U Myint (2000) demonstra que os subornos são muitas vezes usados para poupança de tempo e evitação regulatória, pois permitem acelerar a concessão de permissões e licenças para realizar atividades perfeitamente legais. O autor afirma que as regras e os regulamentos, e a forma como são aplicados, são tão complexos e onerosos que a única maneira de fazer as coisas é pagar dinheiro para evitá-las.

Segundo Schneider, Friedrich (2006) os países em transição têm níveis mais elevados de regulamentação e de custos burocráticos, o que conduz a uma incidência significativamente mais elevada de suborno, a um aumento dos impostos efetivos sobre as atividades oficiais e a um amplo quadro discricionário de regulamentações.

Para Buehn e Schneider (2009) quanto mais rígidas forem as regulamentações e mais elevados forem os custos burocráticos, maior será a Corrupção, pois por vezes fica mais barato pagar subornos para contornar a burocracia do que cumprir com a regulamentação imposta.

Parte-se assim do princípio que, quanto mais elevados forem os Custos de Burocracia maior será o nível de Corrupção.

4. Dados e Método de Estimação

Na primeira especificação deste estudo, com recurso ao *software Eviews*, são calculadas e apresentadas Regressões OLS, utilizando dados em painel para os países da União Europeia a 28, durante o período de 2000 a 2014, através das seguintes fórmulas:

$$Y_{it} = \alpha + \beta_1 X_{it} + \beta'_2 Z_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4.1)$$

$$X_{it} = \alpha + \beta_1 Y_{it} + \beta'_2 T_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4.2)$$

Onde, Y e X representam a Economia Paralela e a Corrupção, respetivamente. Z é um vetor de variáveis de controlo da Economia Paralela e T é um vetor de variáveis de controlo da Corrupção. i e t representam o país e o ano em estudo. As estimativas são obtidas através de mínimos quadrados ponderados onde as observações com resíduos relativamente grandes obtêm menor peso. Isso resulta em estimativas que não são excessivamente influenciadas por qualquer observação específica.

Num primeiro momento, através da equação (4.1) procura perceber-se qual a influência da Corrupção e das variáveis de controlo apresentadas no Capítulo 3 sobre a Economia Paralela. Por sua vez, num segundo momento, a partir da equação (4.2) investiga-se o efeito da Economia Paralela e das variáveis explicativas sobre a Corrupção.

Apesar das suas vantagens³, os dados em painel levantam alguns problemas de estimação e inferência. Uma vez que tais dados envolvem dimensões de secção transversal e de tempo, os problemas que afetam dados de secção transversal (por exemplo, heterocedasticidade) e dados de séries temporais (por exemplo, autocorrelação), bem como outros problemas adicionais, precisam de ser corrigidos. Técnicas de aperfeiçoamento geral são utilizadas para a resolução destes problemas, sendo que as mais frequentemente adotadas são a utilização do modelo de efeitos fixos e do modelo de efeitos aleatórios. Posto isto, tal como no estudo original de Dreher e Schneider (2006), para os dados em painel são calculadas e apresentadas Regressões OLS com efeitos fixos e com efeitos aleatórios.

Para a verificação do modelo mais apropriado são realizados testes de Hausman. Neste teste a hipótese nula defende que o modelo de efeitos aleatórios é o mais

³ Vantagens dos dados em painel são enumeradas no livro de Gujarati, Damodar N. (2004).

apropriado, por sua vez a hipótese alternativa defende que o mais apropriado é o modelo de efeitos fixos. Aceitamos H_0 caso o valor da probabilidade seja superior a 5%.

Os dados da Economia Paralela foram retirados do estudo de Schneider *et al.* (2010) para os anos de 2000 a 2002. Neste estudo calculam o tamanho e o desenvolvimento da Economia Paralela de 162 países, incluindo os aqui em estudo. Os dados para os restantes anos, isto é, para o período de 2003 a 2014 foram obtidos a partir do artigo de Schneider, Friedrich (2015), onde apresentam dados da Economia Paralela para 31 países Europeus e 5 outros países da OCDE para os anos de 2003 a 2015. Apesar de não existir nenhum artigo com dados da Economia Paralela, que englobe todos os anos ou todos os países em estudo, os dados aqui utilizados são todos medidos em percentagem do PIB e calculados através do mesmo método, o modelo MIMIC (Modelo de Múltiplos Indicadores e Múltiplas Causas). Na maioria dos países (21 em 28), a Economia Paralela apresenta uma ligeira diminuição ao longo do período em estudo.

Para medir a extensão da Corrupção, foram utilizados dados do Índice de Perceção de Corrupção (IPC), que reflete as perceções de empresários, académicos, analistas de risco, residentes e não residentes. Na escala original, o índice varia de 0 – representando maior Corrupção, a 100 - representando menor Corrupção. Neste estudo o índice é redimensionado, de modo a que valores mais altos representem mais Corrupção.

As medidas de Regulação Comercial, Transferências e Subsídios, Consumo do Governo e Custos de Burocracia são retiradas dos Relatórios Anuais “*Economic Freedom of the World – Annual Report*”. Estas são apresentadas em índices que variam entre 0 e 10 numa perspetiva de maior Liberdade Económica. Neste caso, valores mais baixos do índice representam menor liberdade Económica, logo maior Regulação, mais Transferências e Subsídios, maior Consumo do Governo e maiores Custos de burocracia. Por sua vez, valores mais altos do índice representam menores valores das variáveis em estudo. Posto isto, visto que o índice está dimensionado de forma contrária ao habitual (maior valor do índice, menor valor das variáveis), os sinais esperados para estas variáveis serão o contrário do previsto.

Por sua vez, os dados relativamente à Taxa de Desemprego, à Eficácia do Governo e ao Estado de Direito são extraídos da base de dados do Banco Mundial. A Taxa de Desemprego é apresentada em percentagem da força laboral, a Eficácia do Governo e o

Estado de Direito são exibidos num índice de -2,5 a 2,5. Valores mais elevados representam maior desemprego, maior Eficácia do Governo e maior Estado de Direito.

Por último, o Índice de Liberdade Fiscal é retirado do “*Index of Economic Freedom*” apresentando valores de 0 (menor Liberdade Fiscal) a 100 (maior Liberdade Fiscal). Mais informações sobre as fontes e definições exatas de todas as variáveis são fornecidas no Anexo A.

Posto isto, tendo em conta o que foi descrito no Capítulo anterior sobre a relação esperada das variáveis explicativas com a Economia Paralela e com a Corrupção e tendo em conta as particularidades de algumas das variáveis descritas neste Capítulo, os sinais esperados para cada uma delas são os seguintes:

Tabela 2 - Sinais esperados das variáveis explicativas

Economia Paralela (Y)		Corrupção (X)	
Carga de Regulação Comercial (Z_1)	-	Eficácia do Governo (T_1)	-
Taxa de Desemprego (Z_2)	+	Estado de Direito (T_2)	-
Transferências e Subsídios (Z_3)	+	Liberdade Fiscal (T_3)	-
Consumo do Governo (Z_4)	-	Custos de Burocracia (T_4)	-

Fonte: elaborada pelo autor

De modo a lidar com a potencial endogeneidade da Economia Paralela e da Corrupção é realizada uma segunda especificação deste estudo, onde empregamos as fórmulas anteriores utilizando dados desfasados para as variáveis explicativas.

Para tal, as equações (4.1) e (4.2) transformam-se nas seguintes:

$$Y_{it} = \alpha + \beta_1 X_{it-1} + \beta_2' Z_{it-1} + \varepsilon_{it-1} \quad (4.3)$$

$$X_{it} = \alpha + \beta_1 Y_{it-1} + \beta_2' T_{it-1} + \varepsilon_{it-1} \quad (4.4)$$

Na próxima Secção são apresentados os Resultados da Estimação.

5. Resultados de Estimação

Nas Tabelas 3 e 4 são apresentados os coeficientes estimados, bem como os *p-value* obtidos no estudo para a Economia Paralela e para a Corrupção, respetivamente.

Esta análise será iniciada com a observação dos resultados obtidos para o modelo que detém a Economia Paralela como variável explicada.

Tabela 3 – Coeficientes estimados para o estudo da Economia Paralela

	Economia Paralela			
	Especificação 1		Especificação 2	
	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios
Corrupção (X)	0,054211 (0,0035***)	0,079129 (0,0000***)	0,044634 (0,0168**)	0,071869 (0,0000***)
Carga de Regulação Comercial (Z ₁)	-0,808459 (0,0000***)	-0,789868 (0,0000***)	-0,948736 (0,0000***)	-0,930883 (0,0000***)
Taxa de Desemprego (Z ₂)	0,020462 (0,4681)	0,031233 (0,2634)	0,034805 (0,2218)	0,046257 (0,1012)
Transferências e Subsídios (Z ₃)	0,782982 (0,0000***)	0,922575 (0,0000***)	0,676564 (0,0000***)	0,817762 (0,0000***)
Consumo do Governo (Z ₄)	0,452066 (0,0003***)	0,532083 (0,0000***)	0,374896 (0,0022***)	0,462608 (0,0001***)
R ²	0,962761	0,262061	0,966681	0,278693
R ² Ajustado	0,959682	0,253149	0,963711	0,269350
Observações	420	420	392	392
Teste de Hausman	---	0,0016	---	0,0008

Fonte: elaborada pelo autor

Notas:

- *denota um nível de significância de 10%; **denota um nível de significância de 5%; ***denota um nível de significância de 1%.
- Maiores valores representam menor Carga de Regulação, menor Consumo do Governo, menores Transferências e Subsídios e maior Taxa de Desemprego.

Começando por analisar a primeira Especificação, onde a Endogeneidade não é tida em consideração, a Corrupção, bem como três das quatro variáveis explicativas em estudo revelam-se determinantes do setor não oficial a um nível de significância de 1%, quer no Modelo de Efeitos Fixos, quer no Modelo de Efeitos Aleatórios.

Estes resultados demonstram que a Economia Paralela é maior com um aumento da Corrupção, corroborando os estudos de Johnson *et al.* (1997), Friedman *et al.* (2000) e Buehn e Schneider (2009) onde apresentam evidências empíricas de uma relação positiva entre a Economia Paralela e a Corrupção. Um maior nível de Corrupção na Economia Oficial aumenta o tamanho da Economia Paralela, pois a Corrupção funciona como um imposto sobre as empresas na Economia Oficial. Contrariando assim, os estudos de Choi e Thum (2005) e Dreher *et al.* (2005) que defendem que a Economia Paralela e a Corrupção são substitutas pois a Economia Paralela impõe restrições aos burocratas sendo uma forma de fugir à Corrupção e de reduzir os subornos.

Relativamente à Carga de Regulação Comercial, a variável obtém o sinal esperado, pois quanto menor o índice do *Economic Freedom of the World – Annual Report*, que corresponde a uma maior a Carga de Regulação, maior a Economia Paralela. Estes resultados vão de encontro aos apresentados por De Soto, Hernando (1989), Johnson *et al.* (1997) e Schneider e Enste (2000) que demonstram que um aumento na Carga de Regulação provoca um aumento direto na Economia Paralela, uma vez que a regulação irá reduzir a oportunidade de escolha dos indivíduos na Economia Oficial, levando-os a optar pela informalidade.

A variável Taxa de Desemprego, apesar de apresentar o sinal positivo esperado, não é estatisticamente significativa. Isto pode ser justificado com o facto da força de trabalho da Economia Paralela ser composta por trabalhadores muito heterogéneos. Uma parte dessa força de trabalho é classificada como desempregada porque são componentes da força de trabalho oficial, no entanto outra parte é composta por trabalhadores que não fazem parte das estatísticas da força de trabalho oficial, como reformados, menores e donas de casa. Podendo assim, a Taxa de Desemprego e a Economia Paralela estar pouco correlacionadas (Tanzi, Vito (1999)).

No que diz respeito às Transferências e Subsídios, quanto maior o índice do *Economic Freedom of the World – Annual Report*, que corresponde a menores Transferências e Subsídios, maior a Economia Paralela, obtendo-se assim o sinal esperado para esta variável de controlo. Estes resultados vão de encontro com as afirmações de Dell’Anno, Roberto (2007) que demonstra que os subsídios aumentam os

custos de atuar ilegalmente, uma vez que apenas as atividades formais têm acesso aos mesmos.

Por sua vez, quanto maior o índice do *Economic Freedom of the World – Annual Report*, que corresponde a um menor o Consumo do Governo, maior a Economia Paralela. Esta variável foi inserida no estudo como proxy da Carga Fiscal esperando-se que quanto maior fosse o Consumo do Governo e consequentemente a Carga Fiscal maior fosse o nível de Economia não Oficial. Isto não se verifica nos resultados obtidos, sendo que o sinal obtido foi o contrário do esperado. Este resultado inverso ao previsto pode ser explicado pelos estudos de Schneider e Neck (1993), Johnson *et al.* (1998b) e Friedman *et al.* (2000) onde defendem que, não só os impostos diretos e indiretos são um fator importante que influencia a Economia Paralela, mas também a complexidade e a aplicação ineficaz do sistema fiscal e o peso da regulamentação. Segundo os autores não são tanto as taxas de imposto legais que são relevantes na decisão de se comportar ilegalmente, mas sim a sua aplicação.

Prosseguindo com a análise, tendo agora em conta a Endogeneidade (Especificação 2), podemos constatar que os resultados obtidos são muito semelhantes aos da primeira Especificação. A única diferença de realce é o facto de a Corrupção no Modelo de Efeitos Fixos passar a ser significativa ao nível de 5% enquanto na Especificação 1 era ao nível de 1%. Quanto às restantes variáveis o sinal mantém-se inalterado, bem como o nível de significância como se pode confirmar na Tabela 3.

Os testes de Hausman desenvolvidos vêm demonstrar que, quer na Especificação 1, quer na Especificação 2, o modelo de Efeitos Fixos é mais apropriado do que o Modelo de Efeitos Aleatórios.

Passando agora para a análise dos resultados obtidos aquando da Corrupção como variável explicada, obtemos o seguinte:

Tabela 4 – Coeficientes estimados para o estudo da Corrupção

	Corrupção			
	Especificação 1		Especificação 2	
	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios
Economia Paralela (Y)	0,067150 (0,6514)	0,214500 (0,0625*)	0,076643 (0,6339)	0,208994 (0,0844*)
Eficácia do Governo (T ₁)	-4,552858 (0,0023***)	-6,961089 (0,0000***)	-4,786583 (0,0026***)	-7,151990 (0,0000***)
Estado de Direito (T ₂)	-11,69162 (0,0000***)	-14,24023 (0,0000***)	-13,28938 (0,0000***)	-15,79768 (0,0000***)
Liberdade Fiscal (T ₃)	-0,224016 (0,0081***)	-0,176908 (0,0206**)	-0,046339 (0,5990)	-0,025120 (0,7498)
Custos de Burocracia (T ₄)	-0,201322 (0,3692)	-0,102309 (0,6440)	-0,501263 (0,0268**)	-0,393410 (0,0781*)
R ²	0,959569	0,512138	0,959250	0,513289
R ² Ajustado	0,956226	0,506246	0,955618	0,506985
Observações	420	420	392	392
Teste de Hausman	---	0,0005	---	0,0015

Fonte: elaborada pelo autor

Notas:

- *denota um nível de significância de 10%; **denota um nível de significância de 5%; ***denota um nível de significância de 1%.
- Maiores valores representam maior Eficácia do Governo, maior Estado de Direito, maior Liberdade Fiscal e menores Custos de Burocracia.

Na Especificação 1, embora a Economia Paralela não afete significativamente a Corrupção no Modelo de Efeitos Fixos, o coeficiente é significativo ao nível de dez por cento no Modelo de Efeitos Aleatórios. No Modelo de Efeitos Fixos três das quatro variáveis em estudo são significativas ao nível de 1%, enquanto uma das variáveis não tem significância estatística. Por sua vez, no Modelo de Efeitos Aleatórios apenas duas das quatro variáveis são significativas ao nível de 1%, uma é significativa ao nível de 5%, outra não é estatisticamente significativa.

Ao contrário do que acontece no estudo para a Economia Paralela apresentado na Tabela 3, onde a influência da Corrupção sobre a Economia Paralela é clara e estatisticamente significativa. Neste estudo, o efeito da Economia Paralela sobre a

Corrupção não é tão óbvio, sendo que no Modelo de Efeitos Fixos a Economia Paralela não aparece como um determinante significativo da Corrupção.

Relativamente às variáveis Eficácia do Governo e Estado de Direito, o sinal negativo obtido é o previsto inicialmente, pelo que quanto maior a Eficácia do Governo e o Estado de Direito, menor a Corrupção. Este resultado vai de encontro com os estudos de Shleifer e Vishny (1993) e Echazu e Bose (2008) que defendem que Corrupção está relacionada com deficiências do sistema político e que sistemas administrativos sólidos e um fortalecimento institucional impedem a Corrupção. Também Buehn e Schneider (2009) apoiam que sistemas jurídicos fortes e eficientes protegem os direitos de propriedade e proporcionam um quadro estável para a atividade económica incentivando os indivíduos a participar em atividades produtivas.

Quanto à Liberdade Fiscal, os resultados obtidos são os esperados, sendo que quanto maior a Liberdade Fiscal, menor a Corrupção a um nível de significância de 1% no Modelo de Efeitos Fixos e de 5% no Modelo de Efeitos Aleatórios. Segundo Buehn e Schneider (2009) uma maior Liberdade Fiscal e Económica reduz a Corrupção pois os indivíduos enfrentam mais opções em fazer negócios, menos burocracia e menos aborrecimentos burocráticos. Por sua vez, Schneider e Enste (2000) demonstram que uma forte presença do setor público na força laboral implica que os burocratas tenham maior poder de decisão, diminuindo a Liberdade Fiscal e Económica, levando a um aumento do nível de Corrupção, dos subornos e da desonestidade dos funcionários públicos.

No que concerne à variável Custos de Burocracia, quanto menor o índice do *Economic Freedom of the World – Annual Report*, que corresponde a maiores custos de Burocracia, maior a Corrupção, sendo obtido assim, o sinal esperado para esta variável. No entanto, apesar de o sinal obtido ser o previsto, nesta primeira especificação a variável não é um determinante significativo da Corrupção. Não se confirmando assim, os estudos de Johnson *et al.* (1998b), U Myint (2000) e Schneider, Friedrich (2006) onde era demonstrado que a burocracia e os custos com a regulamentação são grandes fardos para as empresas, levando a uma maior incidência de suborno, de modo a poupar tempo e a contornar as exigências regulatórias.

Quando voltamos a análise para a segunda Especificação, onde se considera a Endogeneidade, os resultados sobre a influência da Economia Paralela na Corrupção são

semelhantes aos da Especificação 1. São também similares os valores obtidos para as variáveis de Eficácia do Governo e Estado de Direito.

As maiores diferenças são constatadas para as variáveis Liberdade Fiscal e Custos de Burocracia. A primeira deixa de ser estatisticamente significativa nesta segunda Especificação, quer no Modelo de Efeitos Fixos, quer no Modelo de Efeitos Aleatórios. Por sua vez, com os Custos de Burocracia acontece o inverso, de variável sem significância estatística, passa a ser significativa, a um nível de 5% e 10%, no Modelo de Efeitos Fixos e no Modelo de Efeitos Aleatórios, respetivamente.

Mais uma vez, neste estudo, os Testes de Hausman vêm demonstrar que o Modelo de Efeitos Fixos é o mais apropriado nas duas Especificações.

Em suma, há evidências de que a Economia Paralela e a Corrupção são complementares. Essa relação é mais evidente quando a Corrupção explica a Economia Paralela do que quando a Economia Paralela explica a Corrupção. As variáveis que mais influenciam a Economia Paralela são a Carga de Regulação Comercial, as Transferências e Subsídios e o Consumo do Governo. Por sua vez, as variáveis que mais afetam a Corrupção são a Eficácia do Governo e o Estado de Direito. Informações mais detalhadas sobre os valores obtidos no estudo são apresentadas nos Anexos B, C, D e E.

6. Consequências da Economia Paralela e da Corrupção

6.1. Consequências da Economia Paralela

A Economia Paralela acarreta graves consequências para a Economia Oficial, para o Crescimento Económico, para o Estado, para as Finanças Públicas e para a Sociedade em Geral. De todos os efeitos corrosivos deste fenómeno podem destacar-se os seguintes (Gonçalves, Nuno (2014)):

- A concorrência desleal: empresas e indivíduos que operam na Economia Oficial suportam impostos e contribuições para a segurança social para cumprir os requisitos legais, tendo assim, um custo operacional superior do que aqueles que operam na Economia Paralela, sendo difícil competir em relação aos preços dos bens ou serviços oferecidos. Para se tornarem competitivas com as empresas que operam no mercado não oficial correm o risco de enfrentar prejuízos, levando ao abandono do mercado ou a ingressarem também na Economia Paralela;
- O aumento do trabalho informal: o aumento da Economia Paralela potencia um aumento da procura e oferta de trabalho ilícito, que consequentemente leva à deterioração das contas públicas, pois implica a fuga aos impostos sobre o rendimento e também de contribuições para a segurança social. Este tipo de trabalho, muitas das vezes, promove a fraude para com a segurança social, uma vez que os indivíduos usufruem simultaneamente de subsídio de desemprego ou outra prestação por inatividade e de um rendimento através da Economia Paralela;
- A deterioração do saldo orçamental: a evasão fiscal inerente às atividades paralelas leva à redução das receitas fiscais, traduzindo-se numa deterioração do saldo orçamental, dificultando o desempenho das funções económicas do Estado;
- A falha no fornecimento de bens e serviços públicos: a Economia Paralela leva a uma redução da eficiência no fornecimento de bens e serviços públicos, pois o Estado terá de compensar a quebra das receitas fiscais com uma redução das despesas públicas e/ou com um aumento da carga tributária, implicando que os bens e serviços públicos tenham um custo superior para o contribuinte;
- A destabilização da política orçamental: como a Economia Paralela provoca distorções significativas nas variáveis macroeconómicas como a taxa de desemprego, a taxa de inflação, a taxa de crescimento económico, entre outras,

quando o Governo procura criar políticas orçamentais e planejar o financiamento sustentável da dívida pública baseado nessas variáveis pode criar políticas ineficazes e mal sustentadas;

- A contração do crescimento económico: o aumento da Economia Paralela leva a uma redução das receitas fiscais, que consequentemente potencia uma diminuição da despesa pública em infraestruturas e serviços, levando a uma retração do crescimento do PIB e da taxa de crescimento económico;
- O descontentamento da sociedade: a maior parte dos custos originados pela Economia Paralela recaem sobre o cidadão comum, pois as empresas e o Estado conseguem transferir grande parte desses custos para os indivíduos. O desemprego, o aumento de impostos, a diminuição da quantidade e qualidade dos bens e serviços públicos são suportados pelo cidadão. Isto leva a um descontentamento dos indivíduos e a falta de coesão social, pois enquanto uns indivíduos são sobrecarregados pelo sistema, outros, além de usufruírem de benefícios sociais, ainda obtêm rendimentos na Economia Paralela.

Apesar de todas estas consequências negativas, existem autores que apontam alguns efeitos positivos que a Economia Paralela pode gerar, designadamente:

Schneider e Enste (2000) demonstram que pelo menos dois terços do rendimento obtido na Economia Paralela é gasto na Economia Oficial, gerando um efeito líquido positivo.

Por sua vez, Smith, Roger S. (2002) afirma que a Economia Paralela permite dar emprego a indivíduos que de outro modo estariam desempregados, possibilita que os indivíduos aumentem o seu rendimento ao manterem segundos empregos e fornece serviços que não estariam disponíveis de outra forma.

Segundo Enste, Dominik H. (2003) a Economia Paralela pode ser benéfica se responder à procura de determinados serviços urbanos e de bens produzidos em pequena escala, inserindo um elemento dinâmico à Economia Oficial e uma maior competitividade e eficiência dos mercados.

Para Neuwirth, Robert (2012) a Economia Paralela tem potenciado pequenos negócios, assegurando a sobrevivência de milhares de pessoas. O autor defende que a

Economia Paralela tem aberto mercados que, caso contrário, estariam tradicionalmente fechados, permitindo até gerar ideias empreendedoras: tudo o que se processa na Economia Paralela é fruto da inteligência, auto-organização e solidariedade.

Note-se que, estes benefícios, quando comparados com os custos que a Economia Paralela acarreta são insignificantes.

6.2. Consequências da Corrupção

A Corrupção distorce os mercados e a afetação de recursos, a eficiência do Governo e o crescimento económico. O fenómeno apresenta diversas consequências graves, podendo realçar-se as seguintes (Tanzi, Vito (1998)):

- Reduz a capacidade do Governo para controlar e inspecionar os regulamentos necessários para corrigir falhas de mercado. Não cumprindo assim, o seu papel regulador sobre os bancos, hospitais, distribuição de alimentos, atividades de transporte, mercados financeiros, entre outros. Quando a intervenção governamental é motivada pela Corrupção, como por exemplo, quando o Governo cria monopólios para interesses privados, é provável que haja um aumento das falhas de mercado existentes;
- Distorce os incentivos dos trabalhadores. Num ambiente corrupto, os indivíduos capazes alocam as suas energias às práticas corruptas e em busca de rendimentos extra e não a atividades produtivas;
- Atua como um imposto arbitrário. A natureza aleatória da Corrupção cria altos encargos excessivos;
- Reduz ou distorce o papel fundamental do Governo em áreas como a execução de contratos e a proteção dos direitos de propriedade. Quando um cidadão consegue executar uma atividade sem uma obrigação contratual, ou quando um é impedido de exercer direitos de propriedade por causa da Corrupção, este papel fundamental do Governo é distorcido e o crescimento económico pode ser negativamente afetado;
- Reduz a legitimidade da economia de mercado e da democracia. São várias as críticas formuladas em muitos países, especialmente nas economias em transição, contra a democracia e a economia de mercado, motivadas pela existência de

Corrupção. Assim, a Corrupção pode retardar ou mesmo bloquear o movimento em direção à democracia e à economia de mercado;

- Leva a uma injustiça para com as empresas mais pequenas. O peso dos custos extra que os subornos acarretam recaem sobre as pequenas empresas, uma vez que operam num mercado muito mais competitivo do que as grandes, tendo maiores dificuldades em transferir os custos para os seus clientes. Visto que, as pequenas empresas são o motor do crescimento na maioria dos países, os obstáculos à sua criação e crescimento fazem com que as economias decresçam, especialmente nos países em desenvolvimento e cada vez mais em economias em transição;
- Reduz o investimento e, consequentemente, a taxa de crescimento económico. Essa redução no investimento é causada pelos custos mais elevados e pela incerteza que a Corrupção cria. A redução da taxa de crescimento é uma consequência direta do declínio da taxa de investimento;
- Reduz a receita tributária, principalmente devido ao impacto que tem sobre a administração tributária e aduaneira, reduzindo assim a capacidade de o Governo realizar as despesas públicas necessárias;
- Reduz o investimento direto estrangeiro porque a Corrupção tem o mesmo efeito que um imposto e, de fato, opera como um imposto. Quanto menos previsível for o nível de Corrupção, ou seja, quanto maior for a sua variação, maior será o seu impacto sobre o investimento direto estrangeiro. Uma variância maior faz com que a Corrupção seja vista como um imposto imprevisível e aleatório. Assim, os aumentos na Corrupção e a sua imprevisibilidade são equivalentes a aumentos na taxa de imposto sobre as empresas.

Tal como acontece no caso da Economia Paralela, também para a Corrupção alguns autores apontam benefícios ao fenómeno, nomeadamente:

Leff, Nathaniel (1964) e Huntington, Samuel P. (1968) avançaram com a visão de que a Corrupção pode aumentar a eficiência, pois elimina as rígidas legislações impostas pelo Governo que impedem o investimento e interferem com outras decisões económicas favoráveis ao crescimento.

Beck e Maher (1986) e Lien, Da Hsiang Donald (1986) desenvolveram modelos que mostram que, em concursos de licitação, aqueles que são mais eficientes podem

oferecer o maior suborno. Portanto, os subornos podem promover a eficiência atribuindo projetos às empresas mais eficientes.

Lui, Francis T. (1985) argumenta que o tempo tem valores diferentes para indivíduos diferentes, dependendo do seu nível de rendimento e do custo de oportunidade do seu tempo. Aqueles para quem o tempo é mais valioso vão oferecer subornos aos funcionários públicos para serem autorizados a executar as atividades mais rapidamente. Assim, a Corrupção pode diminuir o tempo médio de todo o processo.

Para Tullock, Gordon (1996) e Becker e Stigler (1974), os subornos podem complementar salários baixos. Assim, a Corrupção pode permitir ao Governo manter uma carga tributária menor, o que pode favorecer o crescimento económico.

Mais uma vez, neste caso, é de notar que os benefícios causados pelo fenómeno são uma minoria nos malefícios provocados pelo mesmo.

7. Conclusão

A Economia Paralela e a Corrupção são dimensões de difícil perceção e mensuração, sendo escassos os estudos sobre a relação entre ambos os fenómenos nos países da União Europeia. Estudos que englobem a Economia Paralela e a Corrupção são cada vez mais essenciais, pois antes de se combater estes dois problemas sociais e económicos, é crucial perceber a essência e as causas dos mesmos.

É no sentido de colaborar na perceção da dinâmica da Economia Paralela e da Corrupção que surge este estudo. O mesmo tem como principais objetivos explorar a relação entre a Economia Paralela e a Corrupção nos 28 países da União Europeia durante o período de 2000 a 2014, permitir um melhor conhecimento das causas da Economia Paralela e da Corrupção na União Europeia e enumerar algumas das consequências mais corrosivas dos dois fenómenos.

O principal contributo deste estudo é ser o primeiro a tentar perceber qual a relação entre a Economia Paralela e a Corrupção nos 28 países da União Europeia para os anos de 2000 a 2014. Um contributo adicional prende-se com o facto do mesmo ultrapassar a limitação das reduzidas observações utilizadas na maioria dos estudos prévios.

Dos resultados obtidos através da utilização de um simples modelo de Regressões OLS com efeitos fixos e efeitos aleatórios, podem destacar-se os seguintes:

1. Há evidências de que a Economia Paralela e a Corrupção são complementares, sendo essa relação positiva mais evidente quando a Corrupção explica a Economia Paralela do que quando a Economia Paralela explica a Corrupção. Ou seja, os resultados obtidos demonstram que a Corrupção é um determinante significativo da Economia Paralela, logo um aumento ou uma diminuição da Corrupção, aumenta ou diminuiu diretamente a Economia Paralela. Quanto voltamos a análise para a influência que a Economia Paralela exerce sobre a Corrupção, apesar de o sinal obtido ser o mesmo, a relação não é tão clara como no primeiro caso. É de prever que quanto maior for a Corrupção, maior será a Economia Paralela, mas o contrário pode não se verificar. Ficamos assim, com a informação de que combatendo a Corrupção estamos também a combater a Economia Paralela, mas

combatendo a Economia Paralela, podemos não influenciar em nada os níveis de Corrupção;

2. As variáveis explicativas que mais contribuem para a dinâmica da Economia Paralela são a Carga de Regulação Comercial, as Transferências e Subsídios e o Consumo do Governo (utilizado como proxy para a Carga Fiscal). Alertando assim, para o facto de que deve haver uma redução da carga de regulação, ou pelo menos, uma melhoria na aplicação das leis e regulamentos existentes. Deve haver mais incentivos às empresas através de subsídios, pois só as empresas que atuam no mercado legal têm acesso aos mesmos, diminuindo assim a vontade dos empresários para se envolverem em atividades ilícitas. Por sua vez, o sinal contrário ao previsto, obtido para a Carga Fiscal vem demonstrar que não só os impostos diretos e indiretos são um fator importante que influencia a Economia Paralela, mas também a complexidade e a aplicação ineficaz do sistema fiscal, devendo dar-se mais importância à aplicação eficaz das taxas de imposto do que ao seu aumento ou diminuição;
3. As variáveis que mais afetam a Corrupção são a Eficácia do Governo e o Estado de Direito. Estes resultados alertam para a importância da qualidade democrática, das instituições públicas e do sistema político. Para além disso, dão ênfase à forma como os Governos conduzem os seus negócios, demonstrando que a Corrupção está diretamente ligada à forma como os Governos operam. É necessária uma maior transparência, um maior sentido de responsabilização e coerência de modo a combater as deficiências institucionais e dos sistemas judiciais e legislativos para combater o crescimento de atividades corruptas.

Claramente, o modelo apresentado neste estudo é apenas um passo adicional para aprofundar a compreensão da Economia Paralela e da Corrupção, havendo limitações associadas ao mesmo.

Um dos maiores problemas nos estudos empíricos sobre a Economia Paralela e a Corrupção é a indisponibilidade de dados de alta qualidade, tanto entre países como ao longo do tempo.

Outra das limitações apontadas a esta pesquisa é o facto de o Índice de Corrupção utilizado ser baseado em perceções, não sendo claro o que ele realmente mede. De acordo

com Mocan, Naci (2004) a Corrupção percebida é completamente não relacionada com a Corrupção real, uma vez que existem fatores que não são controlados. Da mesma forma, Weber Abramo, Claudio (2005) mostra que a Corrupção percebida não está relacionada com o suborno.

Posto isto, a análise da relação entre a Economia Paralela e a Corrupção, usando uma medida de Corrupção que não se baseie em percepções, é um propósito para pesquisas futuras.

Referências Bibliográficas

- Aigner DJ, Friedrich Schneider e Damayanti Ghosh (1988), “Me and my shadow: estimating the size of the U.S. hidden economy from time series data”, *Dynamic econometric modelling*. In: Berndt E, White H, Barnett W (eds) Proceedings of the third international symposium in economic theory and econometrics. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 297–334.
- Bajada, C. e Friedrich Schneider (2009), “Unemployment and the Shadow Economy in the OECD”, *Review Economique*, Vol. 60, N° 4, pp. 1011-1033.
- Beck, Paul J., e Michael W. Maher (1986), “A Comparison of Bribery and Bidding in Thin Markets”, *Economic Letters*, Vol. 20, N° 1, pp. 1–5.
- Becker, Gary S. e George J. Stigler (1974), “Law Enforcement, Malfeasance, and Compensation for Employees”, *Journal of Legal Studies*, Vol. 3, N° 1, pp. 1–18.
- Belev, Boyan (2003), “The Informal Economy in the EU Accession Countries: Size, Scope, Trends and Challenges to the Process of EU Enlargement”, *Center for the Study of Democracy*, Sofia, pp. 1-6.
- Boeri, T. e Garibaldi, P. (2003), “Shadow Activity and Unemployment in a Depressed Labor Market”, *CEPR Discussion papers* n. 3433, pp. 1-35.
- Brunetti, Aymo e Beatrice Weder (1998), “A Free Press Is Bad News for Corruption”, *Journal of Public Economics*, Vol. 87, N° 7-8, pp. 1801-1824.
- Buehn, Andreas e Friedrich Schneider (2009), “Corruption and the Shadow Economy: A Structural Equation Model Approach”, Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor, IZA *Discussion paper* n. 4182, pp. 1-39.
- Buehn, Andreas e Friedrich Schneider (2012), “Shadow Economies around the World: Novel Insights, Accepted Knowledge, and New Estimates”, *International Tax and Public Finance*, Vol. 19, N° 1, pp. 139-171.
- Cebula, Richard J. (1997), “An Empirical Analysis of the Impact of Government Tax and Auditing Policies on the Size of the Underground Economy: The Case of the United

States, 1993-94”, *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 56, Nº 2, pp. 173-185.

Choi e Thum (2005), “Corruption and the Shadow Economy”, *International Economic Review*, Vol. 46, Nº 3, pp. 817-836.

De Soto, Hernando (1989), *The Other Path*, New York: Harper and Row.

Dell’Anno, Roberto (2007), “The Shadow Economy in Portugal: An Analysis with the MIMIC Approach”, *Journal of Applied Economics*, Vol. 10, Nº 2, pp. 253-277.

Dell’Anno, Roberto e Solomon, O. (2006), “Shadow economy and unemployment rate in USA. Is there a structural relationship?”, *Annual Meeting of the European Public Choice Society*, Finland, April 20-23, pp. 1-42.

Dobre, Ion e Adriana Alexandru (2009), “The Impact of Unemployment Rate on the Dimension of Shadow Economy in Spain: A Structural Equation Approach”, *European Research Studies*, Vol. 12, Nº 4, pp. 180-197.

Dobre, Ion e Adriana Davidescu (2013), “Revisiting the Relationship between Shadow Economy and the level of Unemployment Rate. A Svar empirical investigation for the case of United States”, *Journal of Applied Quantitative Methods*, Vol. 8, Nº 3, pp. 11-19.

Dreher, Axel, Christos Kotsogiannis, e Steve McCorriston (2005), “How do Institutions Affect Corruption and the Shadow Economy?”, University of Exeter *Discussion Paper*, February 12, 2005, pp. 1-24.

Dreher, Axel, Christos Kotsogiannis e Steve McCorriston (2007), “Corruption around the World: Evidence from a Structural Model”, *Journal of Comparative Economics*, Vol. 35, Nº 3, pp. 443-466.

Dreher, Axel e Friedrich Schneider (2006), “Corruption and the Shadow Economy: An Empirical Analysis”, Paper presented at the 2006 *Annual Meeting of the Public Choice Society*, New Orleans, Louisiana, March 30-April 2, 2006, pp. 1-37.

Dreher, Axel e Friedrich Schneider (2010), “Corruption and the Shadow Economy: An Empirical Analysis”, *Public Choice*, Vol. 144, Nº 1, pp. 215-238.

Echazu, Luciana e Pinaki Bose (2008), “Corruption, Centralization, and the Shadow Economy”, *Southern Economic Journal*, Vol. 75, Nº 2, pp. 524-537.

Eilat, Yair e Clifford Zinnes (2000), “The Evolution of the Shadow Economy in Transition Countries: Consequences for Economic Growth and Donor Assistance”, Harvard Institute for International Development, CAER II *Discussion paper* n. 83, pp. 1-70.

Eiras, Ana Isabel (2003), “Ethics, Corruption, and Economic Freedom”, The Heritage Foundation Measuring the non-observed economy”, *Statistics Brief OECD*, Nov 2002 n.º 5.

Enste, Dominik H. (2003), “Shadow Economy and Institutional Change in Transition Countries in Boyan Belev (eds.), The Informal Economy in the EU Assessment Countries: Size, Scope, Trends and Challenges of the Process of EU enlargement”, *Center for Study of Democracy*, 2003, Sofia, pp. 81-114.

Enste, Dominik H. (2006), “The Influence of Institutions, Liberalization, Taxation and Regulation on the Shadow Economy – An Empirical Analysis”, in: *Edited Volume “Shadow Economy 2006/2007”*, Münster.

Frey, Bruno S. e Hannelore Weck-Hannemann (1984), “The hidden economy as an “unobservable” variable”, *European Economic Review*, Vol. 26, pp. 33-53.

Friedman, Eric, Simon Johnson, Daniel Kaufmann, e Pablo Zoido-Lobaton (2000), “Dodging the grabbing hand: the determinants of unofficial activity in 69 countries”, *Journal of Public Economics*, Vol. 76, Nº 3, pp. 459-493.

Giles, David E.A. e Tedds, L.M. (2002), “Taxes and the Canadian Underground Economy”, *Canadian Tax paper* n.106. *Canadian Tax Foundation*. Toronto, 2002, pp. 1-270.

Gonçalves, Nuno (2010), “A Economia não Registada em Portugal”, Faculdade de Economia do Porto, *Tese de Mestrado em Economia*.

Gonçalves, Nuno (2014), *Economia Paralela*, Lisboa: FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Gujarati, Damodar N. (2004), *Basic Econometrics*, 4th Edition, The McGraw-Hill Companies.

Hill, Roderick e Muhammed Kabir (1996), “Tax rates, the tax mix, and the growth of the underground economy in Canada: What can we infer?” *Canadian Tax Journal / Revue Fiscale Canadienne*, Vol. 44, N° 6, pp. 1552-1583.

Hindriks, J., A. Muthoo e M. Keen (1999), “Corruption, extortion and evasion”, *Journal of Public Economics*, Vol. 74, N° 3, pp. 395-430.

Hunt, Jennifer (1999), “Has Work – Sharing Worked in Germany?” *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 114, N° 1, pp. 117-148.

Huntington, Samuel P. (1968), *Political Order in Changing Societies*, New Haven and London: Yale University Press.

Johnson, Simon, Daniel Kaufmann e Andrei Shleifer (1997), “The unofficial economy in transition”, *Brookings Paper on Economic Activity*, Vol. 2, pp. 159-239.

Johnson, Simon, Daniel Kaufmann e Pablo Zoido-Lobaton (1998a), “Regulatory discretion and the unofficial economy”, *The American Economic Review*, Vol. 88, N° 2, pp. 387-392.

Johnson, Simon, Daniel Kaufmann, e Pablo Zoido-Lobaton (1998b), “Corruption, public finances and the unofficial economy”, *Discussion paper*, The World Bank, Washington DC, pp. 1-50.

Kirchgaessner, Gebhard (1983), “Size and development of the West German shadow economy, 1955-1980”, *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft / Journal of Institutional and Theoretical Economics*, Vol. 139, N° 2, pp. 197-214.

Kirchgaessner, Gebhard (1984), “Verfahren zur Erfassung des in der Schattenwirtschaft erarbeiteten Sozialprodukts”, *Allgemeines Statistisches Archiv*, Vol. 68, N° 4, pp. 378-405.

Klovland, Jan (1984), “Tax Evasion and the Demand for Currency in Norway and Sweden: Is there a Hidden Relationship?” *Scandinavian Journal of Economics*, Vol. 86, N° 4, pp. 423-439.

Leff, Nathaniel (1964), “Economic Development Through Bureaucratic Corruption”, *American Behavioral Scientist*, Vol. 8, Nº 3, pp. 8–14.

Lien, Da Hsiang Donald (1986), “A Note on Competitive Bribery Games”, *Economic Letters*, Vol. 22, Nº 4, pp. 337–341.

Loayza, Norman V. (1996), “The Economics of the informal sector: a simple model and some empirical evidence from Latin America”, *The World Bank Development Research Group Macroeconomics and Growth Team*, Vol. 45, Nº 1, pp. 129-162.

Lui, Francis T. (1985), “An Equilibrium Queuing Model of Bribery”, *Journal of Political Economy*, Vol. 93, Nº 4, pp. 760–781.

Mauro, Paolo (1995), “Corruption and Growth”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 110, Nº 3, pp. 681-712.

Mocan, Naci (2004), “What determines corruption? International Evidence from Micro data”, *NBER working paper* n. 10460, pp. 1-51.

Mogensen, Gunnar V., Kvist, Hans K., Körmendi, Eszter e Soren Pedersen (1995), *The shadow economy in Denmark 1994: Measurement and results*, Copenhagen: The Rockwool Foundation Research Unit.

Neck, Reinhard, Markus Hofreither e Friedrich Schneider (1989), *The Consequences of Progressive Income Taxation for the Shadow Economy: Some Theoretical Considerations*, Berlin: Springer.

Neuwirth, Robert (2012), “The Shadow Superpower”, revista *Foreign Policy*.

OCDE (2002), *Measuring the Non-Observed Economy: A Handbook*, Paris: OCDE Publications.

Schneider, Friedrich (1986), “Estimating the size of the Danish shadow economy using the currency demand approach: An attempt”, *The Scandinavian Journal of Economics*, Vol. 88, Nº 4, pp. 643-668.

Schneider, Friedrich (1994a), “Measuring the size and development of the shadow economy. Can the causes be found and the obstacles be overcome?”, in: Brandstaetter,

Hermann, and Güth, Werner (eds.): *Essays on Economic Psychology*, Berlin, Heidelberg, Springer Publishing Company, Vol. 1, pp. 193-212.

Schneider, Friedrich (1994b), “Can the shadow economy be reduced through major tax reforms? An empirical investigation for Austria”, *Supplement to Public Finance / Finances Publiques*, Vol. 49, pp. 137-152.

Schneider, Friedrich (2000), “The Increase of the Size of the Shadow Economy of 18 OECD-Countries: Some Preliminary Explanations”, *Working Paper* n. 306 presented at the Annual Public Choice Meeting, March 10-12, 2000, Charleston, S.C, pp. 1-30.

Schneider, Friedrich (2001), “The Size and Development of the Shadow Economies and Shadow Economy Labor Force of 18 Asian and 21 OECD Countries: First Results for the 90s”, *Asia Pacific Finance Association (APFA) Conference* Julho 22-25, 2011, pp. 1-36.

Schneider, Friedrich (2005), “Shadow Economies around the World: What Do We Really Know?”, *European Journal of Political Economy*, Vol. 21, N° 3, pp. 598-642.

Schneider, Friedrich (2006), “Shadow Economies and Corruption All Over the World: What Do We Really Know?”, *Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor, IZA DP* n. 2315, pp. 1-65.

Schneider, Friedrich (2010), “The Influence of Public Institutions on the Shadow Economy: An Empirical Investigation for OECD Countries”, *European Journal of Law and Economics*, Vol. 6, N° 3, pp. 441-468.

Schneider, Friedrich (2013), “Shadow Economy, Tax Evasion and Corruption in Portugal and in other OECD Countries: What can be done?”, *Department of Economics*, Johannes Kepler University of Linz, pp. 1-25.

Schneider, Friedrich (2015), “Size and Development of the Shadow Economy of 31 European and 5 other OECD Countries from 2003 to 2015: Different Developments”, *Department of Economics*, Johannes Kepler University of Linz, pp. 1-8.

Schneider, Friedrich, Andreas Buehn e Claudio E. Montenegro (2010), “Shadow Economies all Over the World: New Estimates for 162 Countries from 1999 to 2007”, *Policy Research Working Paper* n. 5356, The World Bank Development Research Group, pp. 1-52.

Schneider, Friedrich e D. H. Enste (2000), “Shadow Economies Around the world: Size, Causes, and Consequences”, *The Journal of Economic Literature*, Vol. 38, Nº 1, pp. 77-114.

Schneider, Friedrich e D. H. Enste (2002), *The Shadow Economy. An International Survey*, Cambridge: Cambridge University Press.

Schneider, Friedrich e Reinhard Neck (1993), “The Development of the Shadow Economy under Changing Tax Systems and Structures”, *Finanzarchiv / Public Finance Analysis*, Vol. 50, Nº 3, pp. 344-369.

Shleifer, Andrei e Robert W. Vishny (1993), “Corruption”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 108, Nº 3, pp. 599-617.

Smith, J.D. (1985), “Market motives in the informal economy”, in: Gaertner, W. and Wenig, A. (eds.): *The economics of the shadow economy*, Heidelberg: Springer Publishing Company, pp. 161-177.

Smith, Roger S. (2002), “The underground economy: Guidance for policy makers?”, *Canadian Tax Journal / Revue Fiscale Canadienne*, Vol. 50, Nº 5, pp. 1655-1661.

SNA (1993), “System of National Accounts”, United Nations, Statistics Division.

Spiro, Peter S. (1993), “Evidence of a Post-GST Increase in the Underground Economy”, *Canadian Tax Journal / Revue Fiscale Canadienne*, Vol. 41, Nº 2, pp. 247-258.

Tanzi, Vito (1982), *The Underground Economy in the United States and Abroad*, Lexington: D.C. Heath.

Tanzi, Vito (1998), “Corruption Around the World: Causes, Consequences, Scope, and Cures”, *International Monetary Fund Staff Papers*, Vol. 45, Nº 4, pp. 559-594.

Tanzi, Vito (1999), “Uses and abuses of estimates of the underground economy”, *Economic Journal*, Vol. 109, Nº 456, pp. 338-347.

Transparency International (2009), http://www.transparency.org/news_room/faq/corruption_faq, acedido em 17 de Dezembro de 2016.

Treisman, Daniel (2000), “The causes of corruption: a cross-national study”, *Journal of Public Economics*, Vol. 76, Nº 3, pp. 399-457.

Tullock, Gordon (1996), “Corruption Theory and Practice”, *Contemporary Economic Policy*, Vol. 14, Nº 3, pp. 6–13.

U Myint (2000), “Corruption: causes, consequences and cures”, *Asia-Pacific Development Journal*, Vol. 7, Nº 2, pp. 33-58.

Van Rijckeghem, C. e Beatrice Weder (2001), “Bureaucratic corruption and the rate of temptation: Do wages in the civil service affect corruption and by how much?”, *Journal of Development Economics*, Vol. 65, Nº 2, pp. 307–331.

Weber Abramo, Claudio (2005), “How far Perceptions go”, *Transparency Brazil Working Paper*, pp.1-60.

World Bank (2004), <http://www.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS>, acessado em 2 de Janeiro de 2017.

World Bank (2009), “Anticorruption”, <http://go.worldbank.org/K6AEEPROC0>, acessado em 17 de Dezembro de 2016.

Anexo A – Fontes dos Dados

Tabela A.1 – Descrição dos dados aplicados no estudo da Economia Paralela e da Corrupção

Economia Paralela			
Variável	Símbolo	Descrição	Fonte
Economia Paralela	Y	Tamanho da Economia Paralela em percentagem do PIB calculada através do Modelo MIMIC (Modelo de Múltiplos Indicadores e Múltiplas Causas).	Schneider <i>et al.</i> (2010) e Schneider, Friedrich (2015)
Carga de Regulação Comercial	Z ₁	As Regulamentações Comerciais medem as barreiras regulamentares desnecessárias.	Economic Freedom of the World – Annual Report (2002 a 2016)
Taxa de Desemprego	Z ₂	Refere-se à percentagem da força laboral que está sem trabalho, mas disponível para e à procura de emprego.	World DataBank
Transferências e Subsídios	Z ₃	Transferências e Subsídios concedidos às empresas em percentagem do PIB.	Economic Freedom of the World – Annual Report (2002 a 2016)
Consumo do Governo	Z ₄	Consumo do Governo em percentagem do consumo total.	Economic Freedom of the World – Annual Report (2002 a 2016)
Corrupção			
Variável	Símbolo	Descrição	Fonte
Corrupção	X	Índice de Perceção da Corrupção redimensionado para que 0 represente menor Corrupção e 100 maior Corrupção.	Transparency International Organization - Corruption Perceptions Index (CPI) de 2000 a 2014
Eficácia do Governo	T ₁	Mede a independência dos serviços públicos das pressões políticas, a qualidade da formulação das políticas e a credibilidade do compromisso do Governo com tais políticas.	World DataBank
Estado de Direito	T ₂	Determina em que medida os agentes têm confiança e cumprem a qualidade da execução dos contratos, da polícia e dos tribunais.	World DataBank
Liberdade Fiscal	T ₃	Mede a liberdade que os indivíduos e as empresas têm para manter e controlar os seus rendimentos e riquezas para seu próprio benefício e uso.	Index of Economic Freedom
Custos de Burocracia	T ₄	Captura os custos administrativos de fazer negócios e determinam como são rigorosos os padrões de qualidade dos regulamentos num país.	Economic Freedom of the World – Annual Report (2002 a 2016)

Anexo B – Output do *EViews* para a Especificação (1) da Economia Paralela**Tabela B.1 – Especificação (1) da Economia Paralela – Modelo de Efeitos Fixos**

Dependent Variable: Y
 Method: Panel Least Squares
 Date: 01/12/17 Time: 13:33
 Sample: 2000 2014
 Periods included: 15
 Cross-sections included: 28
 Total panel (balanced) observations: 420

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	18.20696	1.626233	11.19579	0.0000
X	0.054211	0.018430	2.941490	0.0035
Z1	-0.808459	0.132665	-6.094002	0.0000
Z2	0.020462	0.028174	0.726258	0.4681
Z3	0.782982	0.153262	5.108774	0.0000
Z4	0.452066	0.122748	3.682894	0.0003
Effects Specification				
Cross-section fixed (dummy variables)				
R-squared	0.962761	Mean dependent var	20.85667	
Adjusted R-squared	0.959682	S.D. dependent var	7.454760	
S.E. of regression	1.496869	Akaike info criterion	3.719941	
Sum squared resid	867.1184	Schwarz criterion	4.037389	
Log likelihood	-748.1875	Hannan-Quinn criter.	3.845411	
F-statistic	312.6673	Durbin-Watson stat	0.379921	
Prob(F-statistic)	0.000000			

Tabela B.2 – Especificação (1) da Economia Paralela – Modelo de Efeitos Aleatórios

Dependent Variable: Y
 Method: Panel EGLS (Cross-section random effects)
 Date: 01/12/17 Time: 13:34
 Sample: 2000 2014
 Periods included: 15
 Cross-sections included: 28
 Total panel (balanced) observations: 420
 Swamy and Arora estimator of component variances

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	16.09050	1.725428	9.325512	0.0000
X	0.079129	0.017184	4.604920	0.0000
Z1	-0.789868	0.132347	-5.968145	0.0000
Z2	0.031233	0.027888	1.119922	0.2634
Z3	0.922575	0.148546	6.210717	0.0000
Z4	0.532083	0.119301	4.459988	0.0000
Effects Specification				
			S.D.	Rho
Cross-section random			4.144469	0.8846
Idiosyncratic random			1.496869	0.1154
Weighted Statistics				
R-squared	0.262061	Mean dependent var		1.936573
Adjusted R-squared	0.253149	S.D. dependent var		1.762075
S.E. of regression	1.522794	Sum squared resid		960.0257
F-statistic	29.40445	Durbin-Watson stat		0.378715
Prob(F-statistic)	0.000000			
Unweighted Statistics				
R-squared	0.532390	Mean dependent var		20.85667
Sum squared resid	10888.43	Durbin-Watson stat		0.033391

Tabela B.3 – Especificação (1) - Teste de Hausman Economia Paralela

Correlated Random Effects - Hausman Test

Equation: EQ01_OLS

Test cross-section random effects

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	19.465086	5	0.0016

Cross-section random effects test comparisons:

Variable	Fixed	Random	Var(Diff.)	Prob.
X	0.054211	0.079129	0.000044	0.0002
Z1	-0.808459	-0.789868	0.000084	0.0426
Z2	0.020462	0.031233	0.000016	0.0071
Z3	0.782982	0.922575	0.001423	0.0002
Z4	0.452066	0.532083	0.000834	0.0056

Anexo C – Output do *EViews* para a Especificação (1) da Corrupção**Tabela C.1 – Especificação (1) da Corrupção – Modelo de Efeitos Fixos**

Dependent Variable: X
 Method: Panel Least Squares
 Date: 01/12/17 Time: 13:51
 Sample: 2000 2014
 Periods included: 15
 Cross-sections included: 28
 Total panel (balanced) observations: 420

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	69.64558	7.241720	9.617270	0.0000
Y	0.067150	0.148489	0.452221	0.6514
T1	-4.552858	1.484835	-3.066238	0.0023
T2	-11.69162	1.966184	-5.946351	0.0000
T3	-0.224016	0.084151	-2.662067	0.0081
T4	-0.201322	0.223913	-0.899108	0.3692
Effects Specification				
Cross-section fixed (dummy variables)				
R-squared	0.959569	Mean dependent var	37.13333	
Adjusted R-squared	0.956226	S.D. dependent var	18.68253	
S.E. of regression	3.908791	Akaike info criterion	5.639646	
Sum squared resid	5912.837	Schwarz criterion	5.957095	
Log likelihood	-1151.326	Hannan-Quinn criter.	5.765116	
F-statistic	287.0298	Durbin-Watson stat	0.671529	
Prob(F-statistic)	0.000000			

Tabela C.2 – Especificação (1) da Corrupção – Modelo de Efeitos Aleatórios

Dependent Variable: X
 Method: Panel EGLS (Cross-section random effects)
 Date: 01/12/17 Time: 13:51
 Sample: 2000 2014
 Periods included: 15
 Cross-sections included: 28
 Total panel (balanced) observations: 420
 Swamy and Arora estimator of component variances

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	68.64859	6.351235	10.80870	0.0000
Y	0.214500	0.114846	1.867721	0.0625
T1	-6.961089	1.323085	-5.261256	0.0000
T2	-14.24023	1.798346	-7.918513	0.0000
T3	-0.176908	0.076138	-2.323513	0.0206
T4	-0.102309	0.221242	-0.462433	0.6440
Effects Specification				
			S.D.	Rho
Cross-section random			4.945081	0.6155
Idiosyncratic random			3.908791	0.3845
Weighted Statistics				
R-squared	0.512138	Mean dependent var		7.425502
Adjusted R-squared	0.506246	S.D. dependent var		5.675952
S.E. of regression	3.988357	Sum squared resid		6585.495
F-statistic	86.92014	Durbin-Watson stat		0.664864
Prob(F-statistic)	0.000000			
Unweighted Statistics				
R-squared	0.869023	Mean dependent var		37.13333
Sum squared resid	19154.96	Durbin-Watson stat		0.228581

Tabela C.3 – Especificação (1) – Teste de Hausman Corrupção

Correlated Random Effects - Hausman Test

Equation: EQ01_OLS

Test cross-section random effects

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	22.026021	5	0.0005

Cross-section random effects test comparisons:

Variable	Fixed	Random	Var(Diff.)	Prob.
Y	0.067150	0.214500	0.008859	0.1175
T1	-4.552858	-6.961089	0.454181	0.0004
T2	-11.691622	-14.240226	0.631832	0.0013
T3	-0.224016	-0.176908	0.001284	0.1887
T4	-0.201322	-0.102309	0.001189	0.0041

Anexo D – Output do *EViews* para a Especificação (2) da Economia Paralela**Tabela D.1 – Especificação (2) da Economia Paralela – Modelo de Efeitos Fixos**

Dependent Variable: Y
 Method: Panel Least Squares
 Date: 01/12/17 Time: 13:36
 Sample (adjusted): 2001 2014
 Periods included: 14
 Cross-sections included: 28
 Total panel (balanced) observations: 392

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	19.94776	1.601825	12.45314	0.0000
X(-1)	0.044634	0.018572	2.403305	0.0168
Z1(-1)	-0.948736	0.127620	-7.434052	0.0000
Z2(-1)	0.034805	0.028440	1.223795	0.2218
Z3(-1)	0.676564	0.147720	4.580028	0.0000
Z4(-1)	0.374896	0.121560	3.084032	0.0022
Effects Specification				
Cross-section fixed (dummy variables)				
R-squared	0.966681	Mean dependent var	20.69745	
Adjusted R-squared	0.963711	S.D. dependent var	7.413639	
S.E. of regression	1.412273	Akaike info criterion	3.608706	
Sum squared resid	716.0308	Schwarz criterion	3.943021	
Log likelihood	-674.3063	Hannan-Quinn criter.	3.741204	
F-statistic	325.4884	Durbin-Watson stat	0.435310	
Prob(F-statistic)	0.000000			

Tabela D.2 – Especificação (2) da Economia Paralela – Modelo de Efeitos Aleatórios

Dependent Variable: Y
 Method: Panel EGLS (Cross-section random effects)
 Date: 01/12/17 Time: 13:37
 Sample (adjusted): 2001 2014
 Periods included: 14
 Cross-sections included: 28
 Total panel (balanced) observations: 392
 Swamy and Arora estimator of component variances

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	17.70102	1.699615	10.41473	0.0000
X(-1)	0.071869	0.017221	4.173316	0.0000
Z1(-1)	-0.930883	0.127319	-7.311410	0.0000
Z2(-1)	0.046257	0.028155	1.642926	0.1012
Z3(-1)	0.817762	0.143319	5.705876	0.0000
Z4(-1)	0.462608	0.118019	3.919781	0.0001
Effects Specification				
			S.D.	Rho
Cross-section random			4.130598	0.8953
Idiosyncratic random			1.412273	0.1047
Weighted Statistics				
R-squared	0.278693	Mean dependent var		1.883445
Adjusted R-squared	0.269350	S.D. dependent var		1.686113
S.E. of regression	1.441257	Sum squared resid		801.8074
F-statistic	29.82798	Durbin-Watson stat		0.424014
Prob(F-statistic)	0.000000			
Unweighted Statistics				
R-squared	0.521828	Mean dependent var		20.69745
Sum squared resid	10275.99	Durbin-Watson stat		0.033085

Tabela D.3 – Especificação (2) - Teste de Hausman Economia Paralela

Correlated Random Effects - Hausman Test

Equation: EQ01_OLS_END

Test cross-section random effects

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	21.006284	5	0.0008

Cross-section random effects test comparisons:

Variable	Fixed	Random	Var(Diff.)	Prob.
X(-1)	0.044634	0.071869	0.000048	0.0001
Z1(-1)	-0.948736	-0.930883	0.000077	0.0416
Z2(-1)	0.034805	0.046257	0.000016	0.0044
Z3(-1)	0.676564	0.817762	0.001281	0.0001
Z4(-1)	0.374896	0.462608	0.000849	0.0026

Anexo E – Output do *EViews* para a Especificação (2) da Corrupção**Tabela E.1 – Especificação (2) da Corrupção – Modelo de Efeitos Fixos**

Dependent Variable: X
 Method: Panel Least Squares
 Date: 01/12/17 Time: 13:53
 Sample (adjusted): 2001 2014
 Periods included: 14
 Cross-sections included: 28
 Total panel (balanced) observations: 392

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	60.21963	7.679201	7.841913	0.0000
Y(-1)	0.076643	0.160774	0.476713	0.6339
T1(-1)	-4.786583	1.575459	-3.038215	0.0026
T2(-1)	-13.28938	2.186839	-6.076981	0.0000
T3(-1)	-0.046339	0.088049	-0.526290	0.5990
T4(-1)	-0.501263	0.225417	-2.223713	0.0268
Effects Specification				
Cross-section fixed (dummy variables)				
R-squared	0.959250	Mean dependent var		37.04082
Adjusted R-squared	0.955618	S.D. dependent var		18.51642
S.E. of regression	3.900859	Akaike info criterion		5.640698
Sum squared resid	5462.794	Schwarz criterion		5.975014
Log likelihood	-1072.577	Hannan-Quinn criter.		5.773196
F-statistic	264.0901	Durbin-Watson stat		0.675216
Prob(F-statistic)	0.000000			

Tabela E.2 – Especificação (2) da Corrupção – Modelo de Efeitos Aleatórios

Dependent Variable: X

Method: Panel EGLS (Cross-section random effects)

Date: 01/12/17 Time: 13:53

Sample (adjusted): 2001 2014

Periods included: 14

Cross-sections included: 28

Total panel (balanced) observations: 392

Swamy and Arora estimator of component variances

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	61.13742	6.618273	9.237670	0.0000
Y(-1)	0.208994	0.120794	1.730173	0.0844
T1(-1)	-7.151990	1.404476	-5.092284	0.0000
T2(-1)	-15.79768	1.961404	-8.054271	0.0000
T3(-1)	-0.025120	0.078703	-0.319174	0.7498
T4(-1)	-0.393410	0.222708	-1.766487	0.0781
Effects Specification				
			S.D.	Rho
Cross-section random			4.971506	0.6189
Idiosyncratic random			3.900859	0.3811
Weighted Statistics				
R-squared	0.513289	Mean dependent var		7.602273
Adjusted R-squared	0.506985	S.D. dependent var		5.659162
S.E. of regression	3.973582	Sum squared resid		6094.692
F-statistic	81.41582	Durbin-Watson stat		0.665667
Prob(F-statistic)	0.000000			
Unweighted Statistics				
R-squared	0.869135	Mean dependent var		37.04082
Sum squared resid	17543.46	Durbin-Watson stat		0.231256

Tabela E.3 – Especificação (2) - Teste de Hausman Corrupção

Correlated Random Effects - Hausman Test

Equation: EQ01_OLS_END

Test cross-section random effects

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	19.526576	5	0.0015

Cross-section random effects test comparisons:

Variable	Fixed	Random	Var(Diff.)	Prob.
Y(-1)	0.076643	0.208994	0.011257	0.2122
T1(-1)	-4.786583	-7.151990	0.509518	0.0009
T2(-1)	-13.289376	-15.797676	0.935159	0.0095
T3(-1)	-0.046339	-0.025120	0.001558	0.5909
T4(-1)	-0.501263	-0.393410	0.001214	0.0020